

REDE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS FINDAS EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rede Energia S.A. (Companhia), sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade São Paulo – SP é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., sociedade de capital fechado. A Companhia atua exclusivamente como uma *holding* controladora de participações societárias, tendo como objetivo principal a participação acionária em empresas controladas e coligadas diretas e relativas (indiretas), vinculada à atividade de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou a ele relacionadas.

A Denerge - Desenvolvimento Energético S.A. é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo – SP.

Todas as demais Controladas diretas e relativas (indiretas) com as quais a Companhia possui relacionamentos comerciais são empresas com sede no país.

A Companhia e algumas de suas Controladas possuem significativo endividamento financeiro, principalmente para investimentos em ativos das operações, no qual a Administração está permanentemente empenhada na reversão da situação. Dentre as ações estão: a obtenção de renovação de linhas de crédito com instituições financeiras buscando a troca do endividamento financeiro de curto para longo prazo e redução de encargos; melhorias no sistema e programas de combate a perdas técnicas e não técnicas, com o objetivo de redução de custos e melhoria da qualidade de atendimento nas localidades atendidas pelas Controladas.

A Companhia e suas Controladas vêm buscando alternativas adicionais para melhorar sua estrutura de capitais e reduzir seu endividamento financeiro.

Nesse sentido, a Administração da Companhia e suas Controladas estão envidando esforços no sentido de discutir com seus principais credores uma reestruturação de sua dívida com vistas a adequar os seus compromissos a sua geração de caixa.

1.1. Recuperação judicial – Controlada CELPA

A Controlada CELPA ajuizou, em 28/2/2012, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação), que se encontra em trâmite na 13ª Vara Cível da Capital do Estado do Pará. A medida visou também proteger o valor dos ativos da Controlada, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. O processamento da Recuperação Judicial foi deferido em 29/2/2012, ocasião em que foi nomeado o Sr. Mauro César Lisboa dos Santos como Administrador Judicial.

O deferimento do processamento da recuperação judicial suspende, por 180 dias, contados desse deferimento, o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face da Controlada (art. 6º da Lei de Recuperação).

O ajuizamento do pedido de recuperação representa o exercício regular de um direito da Controlada garantido por Lei e não configura, nos termos do contrato de concessão vigente, causa para a extinção da concessão.

A Administração contratou assessores financeiros especializados para conduzir os processos de negociação com os credores (Rothschild – Global Financial Advisory Division), bem como assessores jurídicos para representação de seus interesses.

A expectativa da Administração é de que o processo de recuperação judicial permitirá viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da empresa, com a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores.

O plano de recuperação foi apresentado pela Controlada, em juízo no dia 4/5/2012, dentro do prazo legal, para ser submetido a deliberação da assembleia geral de credores da Companhia, a ser instalada dentro de até 150 dias, contados do deferimento do processamento do pedido de recuperação (art. 56, §1º, da Lei de Recuperação). Esse plano, que foi divulgado aos acionistas e ao mercado na forma da regulamentação vigente, está sujeito às modificações que poderão ser propostas pelos credores e deliberadas em assembleia geral de credores, respeitados os quóruns legais e a aprovação da própria Controlada (art. 56, §3º, da Lei de Recuperação). O plano de recuperação apresentado em juízo prevê a forma de pagamento dos credores da Controlada, bem como o aporte de capital por um investidor externo.

Após a apresentação do plano, a Administração continuou a negociação das propostas de pagamento aos Credores da Companhia.

Em 27/6/2012 a Companhia recebeu da Equatorial Energia S.A. proposta formal para investimento na Controlada, conforme divulgado na nota explicativa nº 37 “Fato relevante”.

A assembleia-geral de credores da Companhia foi convocada para ser instalada em primeira convocação no dia 9/7/2012, às 10h. Na referida ocasião, a assembleia-geral de credores foi instalada e suspensa por deliberação dos credores, para ser retomada em 9/8/2012, às 10h. Por decisão da M.M. Juíza da 13ª Vara Cível da Comarca de Belém, a realização da assembleia-geral de credores foi suspensa e deverá ser retomada no dia 21/8/2012, às 10h.

1.2. Autorização de conclusão das informações trimestrais

A autorização para emissão das informações trimestrais ocorreu em reunião da Diretoria em 10/8/2012.

2. OFÍCIO CIRCULAR CVM/SNC/SEP/Nº003/2011

As informações trimestrais (ITR) e as notas explicativas da Companhia e Consolidado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – R1 (Demonstração Intermediária), Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 003/2011 de 28/4/2011 e IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Para a elaboração das informações trimestrais, a Companhia e suas Controladas adotaram a mesma política contábil apresentada nas demonstrações financeiras anuais de 31/12/2011, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes, de 31/12/2011. Entretanto é recomendada a leitura destas Informações Trimestrais – ITR em conjunto com as demonstrações financeiras anuais de 31/12/2011.

As Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal Valor Econômico do dia 31/3/2012, nas páginas A23 a A37 e divulgada no site da CVM (www.cvm.gov.br) no dia 30/3/2012.

Segue abaixo a relação das notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2011 que não estão sendo apresentadas:

- Nota 2 – Das concessões – item 2.1 Mecanismo de atualização das tarifas de fornecimento de energia elétrica dos acordos de concessão (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 3 – Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 4 – Principais práticas contábeis adotadas (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 5 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12) (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 10 - Títulos a receber (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30/6/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 16 – Partes relacionadas – item 16.3 Compartilhamento de infraestrutura (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30/6/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 40 - Participação nos resultados (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30/6/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 42 - Plano de aposentadoria e pensão (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30/6/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 43 - Seguros (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30/6/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia); e
- Nota 44 - Questões ambientais (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011).

3. DAS CONCESSÕES

As áreas da concessão legal nas atividades de distribuição de energia elétrica de suas Controladas diretas e indiretas são as seguintes:

Controladas diretas	Áreas de concessão	Área em km ²	Número aproximado de consumidores atendidos	Número de municípios abrangidos	Vencimento da concessão	Próxima revisão tarifária
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Região de Presidente Prudente no Oeste do Estado de São Paulo (SP)	9.149	219.473	24	7/7/2015	10/5/2016
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	Região de Assis no Oeste do Estado de São Paulo (SP)	11.780	165.968	27	8/7/2015	10/5/2016
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Região de Bragança Paulista no Estado de São Paulo (SP) e Cambuí no Estado de Minas Gerais (MG)	3.493	134.986	15	8/7/2015	10/5/2016
Cia. Força e Luz do Oeste	Município de Guarapuava no Estado do Paraná (PR)	1.200	52.130	1	8/7/2015	29/6/2016
Cia. Nacional de Energia Elétrica	Região de Catanduva e Novo Horizonte no Estado de São Paulo (SP)	4.500	104.356	15	8/7/2015	10/5/2016
Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Estado do Tocantins (TO)	277.621	484.670	139	28/6/2019	4/7/2016
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Estado do Mato Grosso (MT)	903.358	1.131.948	141	11/12/2027	8/4/2013
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul	Estado do Mato Grosso do Sul (MS)	328.316	858.265	73	4/12/2027	8/4/2013
Controladas relativas (indiretas)						
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	Estado do Pará (PA)	1.247.690	1.836.674	143	28/7/2028	7/8/2015
Subtotal		2.787.107	4.988.470	578		
Companhia Técnica de Com. de Energia		-	85	-		
TOTAL		2.787.107	4.988.555	578		

As principais concessões nas atividades de geração de energia elétrica da Companhia e de suas Controladas diretas e relativas (indiretas), consolidadas, são as seguintes:

Companhia/UHE	Rio	Capacidade instalada MW	Capacidade utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Companhia Nacional de Energia Elétrica: UHE Reynaldo Gonçalves	Ribeirão dos Porcos	1,00	-	1/12/1998	7/7/2015
Tangará Energia S.A.: UHE Guaporé	Guaporé	120,00	46,34	13/3/2000	7/7/2025

Companhia	Concessão / Usinas Termelétricas	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Concessão de 4 usinas termelétricas, são elas: Comodoro, Guariba, Paranorte e Rondolândia.	9,50	4,07	10/12/1997	10/12/2027
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 2 MW: Santana do Araguaia, Jacareacanga e Cotijuba.	21,24	11,21	28/7/1998	28/7/2028

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15/3/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30/7/2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistemas elétricos isolados, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 15 usinas termelétricas e 2 usinas hidroelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade das Controladas é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração das Controladas considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,5% de todo ativo financeiro e intangível da concessão das Controladas.

Os contratos de concessão das controladas geradoras e distribuidoras, assinados com a União Federal conferem ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. As controladas obrigam-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas; e
- dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

Os contratos têm prazo de vigência de 20 e 30 anos, podendo ser prorrogados por igual período. A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;

- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A energia distribuída é substancialmente adquirida via contratos bilaterais aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, bem como a energia proveniente de leilões efetuados pela ANEEL/Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE vinculadas ao Ministério de Minas e Energia - MME. A geração própria de energia elétrica das controladas consolidadas, composto por usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados, contribui com aproximadamente 1,91% da totalidade da energia distribuída.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões supramencionadas, suas Controladas possuíam, em 30/6/2012, um quadro próprio de 7.703 funcionários, 7.094 prestadores de serviços e 215 estagiários.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 36 - R1 (Demonstrações Consolidadas), abrangendo os saldos e transações da Companhia e de suas Controladas. Considera-se controlada aquelas entidades sob controle, direto ou relativo (indireto), da Companhia. O controle é evidenciado pela capacidade de controlar as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios de suas atividades. Em geral, o controle existe quando a Companhia detém, direta e relativamente (indiretamente), mais de 50% dos direitos de voto, levando em conta potenciais direitos de voto. Entidades adquiridas durante o ano são consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido e param de ser consolidados a partir da data em que o controle é perdido. Todos os saldos e transações relevantes entre a Companhia e suas Controladas são eliminados na consolidação, incluindo investimentos, contas a receber, dividendos a receber, receitas e despesas entre as Companhias.

A participação dos acionistas não controladores está destacada em conta específica em separado dentro do Patrimônio Líquido Consolidado e, no Resultado Consolidado na rubrica “resultado atribuído aos não controladores”.

Os Outros Ativos Intangíveis – Líquido estão representados por direito de concessão e ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) das controladas e estão registrados nas Demonstrações Financeiras Individuais junto com o respectivo investimento, e nas Demonstrações Consolidadas, no ativo intangível (vide nota explicativa nº 16.2).

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as seguintes Companhias (vide notas explicativas nº 5.1 e 14):

Atividade	Percentual de participação %	
	30/6/2012	31/12/2011
Distribuição	91,45	91,45
Distribuição	98,69	98,69
Distribuição	97,70	97,70
Distribuição	50,86	50,86
Distribuição	39,92	39,92
Holding	100,00	100,00
Distribuição	60,16	60,16
Geração	100,00	100,00
Holding	99,98	99,98
Distribuição	100,00	100,00
Distribuição	100,00	100,00
Comerc. Energia	99,60	99,60
Serviços	99,50	99,50
Agrícola	60,48	60,48
Distribuição	10,11	10,11

Participação indireta (relativa):

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	Distribuição	51,26	51,26
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Distribuição	39,77	39,77

(a) A Companhia detém 61,84% do capital votante.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O principal gestor das operações da Companhia é o Conselho de Administração, que determina e acompanha os projetos/processos definidos para o grupo. Visando maior transparência nas informações, foi definida pela Administração a demonstração dos segmentos por empresa, sendo essa a gestão principal de análise dos negócios. Além dessas informações, também são reconhecidas as grandes extensões territoriais de algumas das nossas distribuidoras, com condições ambientais distintas e perfis de investimentos específicos.

A Rede Sul-Sudeste é uma unidade de negócios composta pelas distribuidoras Empresa Elétrica Bragantina S.A. (EEB), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. (EDEV), Cia. Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Caiuá Distribuição de Energia S.A. e Cia. de Força e Luz do Oeste (CFLO), que apresentam áreas de concessão menores quando comparadas com as empresas do Centro-Oeste ou Norte e atuam em mercados consolidados com necessidade moderada de investimentos. As distribuidoras ENERSUL, CEMAT, CELTINS e CELPA apresentam grandes áreas de atendimento e com algumas regiões ainda carentes de investimentos em infraestrutura básica. Contudo, estão em constante expansão econômica, o que significa também relevantes investimentos a serem realizados.

As bases de mensuração reportadas ao principal gestor das operações, são as mesmas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

5.1. Informações sobre ativos, passivos e resultados por segmento reportável

30/6/2012

	Distribuição								
	CELPA	CEMAT	ENERSUL	CEL.TINS	Rede Sul e Sudeste	Outros segmentos (a)	Outros (b)	Eliminações e ajustes	Total
Informações sobre a posição financeira:									
Ativo circulante	1.268.594	821.197	555.988	300.936	299.166	69.742	178.744	(71.377)	3.422.990
Ativo não circulante	3.472.403	2.831.566	1.426.149	934.903	1.154.229	339.702	3.248.517	(3.222.771)	10.184.698
Ativo total	4.740.997	3.652.763	1.982.137	1.235.839	1.453.395	409.444	3.427.261	(3.294.148)	13.607.688
Passivo circulante	2.955.488	1.201.154	532.215	322.517	812.343	322.378	707.577	(71.377)	6.782.295
Passivo não circulante	1.487.911	1.141.499	698.396	329.992	366.870	69.140	1.772.757	(855.062)	5.011.503
Patrimônio líquido	297.598	1.310.110	751.526	583.330	274.182	17.926	946.927	(2.367.709)	1.813.890
Passivo total	4.740.997	3.652.763	1.982.137	1.235.839	1.453.395	409.444	3.427.261	(3.294.148)	13.607.688
Outras informações:									
Ativo financeiro	519.943	430.235	204.066	443.299	496.283	-	-	-	2.093.826
Ativo intangível	2.349.892	1.698.753	786.617	362.271	148.931	1.304	-	-	5.347.768
Ativos da concessão (líquido)	2.869.835	2.128.988	990.683	805.570	645.214	1.304	-	-	7.441.594
Consumidores e títulos a receber (líquido)	682.775	762.723	384.888	135.153	191.154	40.795	21.749	(9.001)	2.210.236
Dívida financeira líquida (c)	1.781.707	1.109.077	569.722	304.226	159.385	190.141	1.558.448	-	5.672.706
Parte relacionadas (líquido)	(58.453)	139.427	(25.968)	68.103	309.376	108.686	(208.738)	-	332.433
Informações sobre o resultado :									
Receita líquida de vendas	1.115.375	1.080.033	752.384	372.485	459.407	169.150	-	(54.648)	3.894.186
Lucro bruto	102.784	240.689	186.386	50.599	107.189	15.154	(539)	(5.857)	696.405
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(34.596)	148.291	112.329	24.223	34.775	11.951	(217.744)	212.644	291.873
Lucro (prejuízo) líquido	(201.119)	18.675	47.630	2.840	(27.384)	(5.482)	(110.313)	265.275	(9.878)
Outras informações:									
Receitas financeiras	146.449	91.621	85.674	39.445	26.503	4.897	624.629	(30.110)	989.108
Despesas financeiras	(316.220)	(203.722)	(125.825)	(58.870)	(90.401)	(22.129)	(420.328)	30.110	(1.207.385)
Resultado financeiro	(169.771)	(112.101)	(40.151)	(19.425)	(63.898)	(17.232)	204.301	-	(218.277)
Amortizações do período	73.438	71.719	35.270	25.338	32.075	3.699	4	-	241.543

31/12/2011

	Distribuição							
	CELPA	CEMAT	ENERSUL	CELTINS	Rede Sul e Sudeste	Outros segmentos	Outros (b)	Eliminações e ajustes
						(a)		
Informações sobre a posição financeira:								
Ativo circulante	1.150.661	926.442	536.175	315.764	261.493	57.952	218.347	(78.944)
Ativo não circulante	3.207.450	2.620.613	1.346.271	847.925	1.102.350	308.560	3.566.362	(3.451.591)
Ativo total	4.358.111	3.547.055	1.882.446	1.163.689	1.363.843	366.512	3.784.709	(3.530.535)
Passivo circulante	2.342.534	1.008.578	423.346	230.349	632.734	258.784	768.083	(78.942)
Passivo não circulante	1.515.080	1.261.318	670.855	349.356	406.163	71.753	1.953.357	(766.163)
Patrimônio líquido	500.497	1.277.159	788.245	583.984	324.946	35.975	1.063.269	(2.685.430)
Passivo total	4.358.111	3.547.055	1.882.446	1.163.689	1.363.843	366.512	3.784.709	(3.530.535)
Outras informações:								
Ativo financeiro	458.056	436.081	158.046	372.079	471.102	-	-	-
Ativo intangível	2.219.057	1.649.830	819.823	379.372	179.019	1.378	4	-
Ativos da concessão (líquido)	2.677.113	2.085.911	977.869	751.451	650.121	1.378	4	-
Consumidores e títulos a receber (líquido)	654.166	739.752	362.131	134.704	215.087	44.872	25.094	(6.329)
Dívida financeira líquida (c)	1.727.898	1.139.832	541.754	234.101	283.019	218.775	1.894.637	-
Parte relacionadas (líquido)	(60.725)	158.940	(4.532)	47.948	289.167	65.925	(183.449)	-
Informações sobre o resultado :								
Receita líquida de vendas	2.433.800	2.009.768	1.334.601	744.765	953.671	409.429	-	(103.612)
Lucro bruto	401.221	557.859	396.590	155.169	184.871	2.062	(1.161)	(8.842)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	70.423	394.117	286.939	90.855	77.966	(5.239)	(640.675)	634.681
Lucro (prejuízo) líquido	(391.162)	146.884	151.795	38.860	(18.867)	(45.666)	(1.208.896)	639.017
Outras informações:								
Receitas financeiras	299.210	212.945	97.282	71.381	61.373	10.362	608.564	(110.691)
Despesas financeiras	(788.230)	(393.220)	(169.561)	(115.579)	(140.971)	(46.761)	(822.491)	72.085
Resultado financeiro	(489.020)	(180.275)	(72.279)	(44.198)	(79.598)	(36.399)	(213.927)	(38.606)
Amortizações do período	148.729	142.339	74.000	41.535	58.261	8.916	4	-

(a) Referem-se as atividades de Geração, Comercialização, Ativos Biológicos e Serviços;

(b) Referem-se as Holdings;

(c) A dívida financeira líquida representa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos líquidos de caixas e equivalentes de caixa

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Companhia		Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Caixa	-	-	276	644
Saldo bancários	1.713	924	217.742	127.813
Outros investimentos	52.555	77.047	227.868	557.626
Total	54.268	77.971	445.886	686.083

6.1. Outros investimentos

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	Companhia	
				30/6/2012	31/12/2011
Banco HSBC	RDB	(*)	100,50 CDI	50.092	76.993
Banco BVA	CDB	(*)	100,00 CDI	2.460	-
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 CDI	-	3
Banco Itaú	CDB	(*)	20,00 CDI	3	51
Total				52.555	77.047

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	Consolidado	
				30/6/2012	31/12/2011
Banco Bradesco	CDB	(*)	20,00 a 100,00 CDI	40.017	26.822
Banco Bradesco	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	2.429	2.265
Banco BVA	CDB	(*)	70,00 a 103,00 CDI	37.271	-
Banco da Amazônia (BASA)	CDB	(*)	100,00 CDI	2.822	3.336
Banco da Amazônia (BASA)	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	10.855	8.988
Banco Daycoval	CDB	(*)	100,00 a 101,20 CDI	-	179.115
Banco Daycoval	Fundo Investimento	(*)	(**)	-	11.800
Banco do Brasil	CDB	(*)	100,00 CDI	373	235
Banco do Brasil	Poupança	(*)	6,00 a.a. + TR	58	58
Banco do Brasil	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	6	21.811
Banco do Brasil	Fundo Investimento	(*)	(**)	59.458	97.385
Banco do Nordeste	CDB	(*)	99,20 CDI	5.839	5.582
Banco HSBC	RDB	(*)	100,50 CDI	50.092	76.993
Banco Industrial	CDB	(*)	101,00 a 104,00 CDI	6.360	6.132
Banco Itaú	CDB	(*)	20,00 a 101,20 CDI	5.065	18.153
Banco Máxima	CDB	(*)	105,00 CDI	4.436	4.233
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 CDI	2.778	12.564
Banco Votorantim	CDB	(*)	102,00 CDI	9	8
BIC Banco	CDB	(*)	100,00 a 106,00 CDI	-	82.096
Caixa Econômica Federal	Fundo Investimento	(*)	(**)	-	50
Total				227.868	557.626

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo.

(**) Os fundos de investimentos estão concentrados em fundos de renda fixa e compostos por títulos públicos federais e títulos de emissores de baixo risco de crédito, com tendência de variação das taxas de juros pós-fixadas (CDI).

7. CONSUMIDORES

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Consumidores	2.035.205	2.037.289	329.990	253.674
(-) Perda no valor recuperável (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(249.270)	(223.374)	(23.072)	(19.658)
Total	1.785.935	1.813.915	306.918	234.016

7.1. Consumidores

Classe de consumidores:	Saldos vencidos				Consolidado		
	Saldos vencidos	até 90 dias	de 91 até 360 dias	mais de 361 dias	Total	30/6/2012	31/12/2011
Circulante							
Residencial	281.467	185.956	91.457	201.106	478.519	759.986	762.316
Industrial	166.608	37.438	21.025	70.947	129.410	296.018	297.568
Comércio, serviços e outras atividades	175.103	64.290	28.590	88.949	181.829	356.932	366.185
Rural	43.424	17.868	13.292	28.634	59.794	103.218	106.734
Poder público:							
Federal	10.034	1.935	526	649	3.110	13.144	14.515
Estadual	17.115	8.000	1.227	5.005	14.232	31.347	33.965
Municipal	44.464	18.584	10.349	39.436	68.369	112.833	114.241
Iluminação pública	37.292	6.454	879	18.550	25.883	63.175	64.622
Serviço público	28.114	11.684	20.796	63.348	95.828	123.942	113.206
(-) Ajuste a valor presente Lei 11.638/2007 (a)	(774)	-	-	-	-	(774)	(836)
Recomposição tarifária extraordinária	5.813	-	-	-	-	5.813	9.911
Redução de Uso Sistema de Distribuição	36.983	-	-	-	-	36.983	30.512
Redução de tarifa - irrigação e aquicultura (b)	451	-	-	-	-	451	708
Subtotal - consumidores	846.094	352.209	188.141	516.624	1.056.974	1.903.068	1.913.647
Participação financeira do consumidor	8.457	10.426	522	2.296	13.244	21.701	17.500
Comercialização na CCEE (c)	8.683	-	-	-	-	8.683	16.015
Programa emergencial redução do consumo	1	-	-	748	748	749	830
Encargo de uso da rede elétrica	16.978	-	-	-	-	16.978	11.864
Encargos de capacidade emergencial	-	-	-	29.162	29.162	29.162	32.272
Energia livre	1.214	-	-	-	-	1.214	1.615
Concessionárias e permissionárias	8.838	-	-	-	-	8.838	8.941
Outros	21.043	6.951	5.226	11.592	23.769	44.812	34.605
Total	911.308	369.586	193.889	560.422	1.123.897	2.035.205	2.037.289
Não circulante							
Consumidores	145.737	-	-	-	-	145.737	142.526
(-) Ajuste a valor presente Lei 11.638/2007 (a)	(12.411)	-	-	-	-	(12.411)	(12.326)
Recomposição tarifária extraordinária	22.804	-	-	-	-	22.804	23.103
Participação financeira do consumidor	36.224	-	-	-	-	36.224	40.335
Redução de tarifa - irrigação e aquicultura (b)	1.863	-	-	-	-	1.863	2.854
Comercialização na CCEE (c)	30.040	-	-	-	-	30.040	26.118
Redução de uso do sistema de distribuição	104.264	-	-	-	-	104.264	29.566
Outros	1.469	-	-	-	-	1.469	1.498
Total	329.990	-	-	-	-	329.990	253.674

Do valor total de contas a receber em 30/6/2012, R\$ 417.634 (R\$ 405.749 em 31/12/2011) se referem a renegociações.

(a) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 8/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração das Controladas entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(b) Subsídio a Irrigantes

A Resolução Normativa nº 540, de 1/10/2002, implementou a Lei nº 10.438, de 26/4/2002, que estendeu os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica de irrigantes ao consumo verificado no horário compreendido entre 21h30 e 6h do dia seguinte.

Esse dispositivo legal ampliou o horário estabelecido na Portaria DNAEE nº 105, de 3/4/1992, das 23h às 5h do dia seguinte, em que eram concedidos descontos especiais para consumidores do Grupo A (alta tensão) e do Grupo B (baixa tensão).

A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que “estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica da atividade de irrigação e na aquicultura”, dispôs no artigo 6º que “o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração”.

Consolidado	
Circulante	Não circulante
708	2.854
Apropriado no período	2
Amortizado no período	(2.640)
Atualizado no período	-
Transferência (circulante - não circulante)	33
	2.381
	(2.381)
451	1.863

Saldo em 31/12/2011

Apropriado no período
Amortizado no período
Atualizado no período
Transferência (circulante - não circulante)

Saldo em 30/6/2012

(c) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores no consolidado inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia de curto e longo prazo no montante de R\$ 38.723, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de junho de 2012.

De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro/2000 a dezembro/2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho/2003, os pendentes de liquidação estão sendo liquidados bilateralmente por meio da CCEE. As demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no exercício de 2012 estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

7.2. Perda no valor recuperável (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)

	Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011
Circulante:		
Residencial	(123.565)	(105.498)
Industrial	(31.718)	(36.047)
Comércio, serviços e outras atividades	(52.719)	(48.618)
Rural	(16.942)	(13.291)
Poder Público	(3.567)	(2.524)
Iluminação Pública	(1.472)	(1.039)
Serviço Público	(4.974)	(3.208)
Outras receitas	(13.521)	(12.357)
Subtotal de consumidores	(248.478)	(222.582)
Diversos créditos	(792)	(792)
Total	(249.270)	(223.374)
Não Circulante:		
RTE - Perda Receita Racionamento	(23.072)	(19.658)
Total	(23.072)	(19.658)
Total geral	(272.342)	(243.032)
Movimentação:	30/6/2012	31/12/2011
Saldo no início do período/exercício	(243.032)	(239.012)
Perdas no período/exercício	15.746	58.236
Recuperação do período/exercício	(1.247)	(6.299)
Complemento de provisão	(43.809)	(55.957)
Saldo no final do período/exercício	(272.342)	(243.032)

A perda no valor recuperável foi constituída considerando os critérios a seguir:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia e de suas Controladas, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

O valor de recebíveis vencidos e não provisionados em 30/6/2012 é de R\$ 390.053 (R\$ 356.871 em 31/12/2011).

A Companhia e suas Controladas possuem um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Companhia			
	Circulante		Não circulante	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda (a)	36.052	39.958	-	-
Contribuição social (a)	-	-	2.523	2.523
Subtotal	36.052	39.958	2.523	2.523
Outros impostos e contribuições a recuperar:				
ISS	13	13	-	-
PIS	4.376	4.376	-	-
Subtotal	4.389	4.389	-	-
Total	40.441	44.347	2.523	2.523

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda (a)	101.066	84.490	47.842	45.350
Contribuição social (a)	13.893	7.160	14.167	13.592
Subtotal	114.959	91.650	62.009	58.942
Outros impostos e contribuições a recuperar:				
ICMS (b)	92.695	108.273	100.140	103.859
(-) Ajuste a valor presente (b)	-	(5.306)	-	(19.513)
ICMS ajustado	92.695	102.967	100.140	84.346
COFINS	3.548	4.433	10.023	10.023
PIS	10.403	10.947	-	-
IOF	2	2	-	-
INSS	5.399	5.463	-	-
ISS	1.009	901	124	89
FINSOCIAL (c)	1	1	4.586	4.586
Outros	139	122	-	-
Subtotal	113.196	124.836	114.873	99.044
Total	228.155	216.486	176.882	157.986

(a) Saldo composto por antecipações mensais do exercício corrente e imposto de renda e contribuição social apurados na Declaração de Ajuste Anual de 2011 e Anos-Calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 18), e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

(b) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e/ou intangível será recuperado em até 48 meses. As Controladas procederam, até dezembro/2011, ao cálculo do AVP – Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 12,81% a.a.

(c) Trata-se de Pedido de Restituição do Finsocial que foi recolhido em alíquota superior a 0,5% no período de 11/1989 a 3/1992. O Acórdão 01-15.534 proferido pela 3ª turma da DRJ/BEL de 3/11/2009, reconheceu parcialmente o direito creditório pleiteado. Em face dessa decisão, a CELPA interpôs Recurso Voluntário que aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Os tributos que foram objetos de compensação com o crédito discutido nestes autos foram incluídos no parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 18).

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

9.1. Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	Companhia			
	30/6/2012		30/6/2011	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Imposto diferido	(71.229)	(25.642)	(156)	(56)
Receita(despesa) IR/CS	(71.229)	(25.642)	(156)	(56)

	Consolidado			
	30/6/2012		30/6/2011	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Imposto corrente	(13.471)	(4.846)	(39.570)	(12.718)
Imposto diferido	(95.893)	(34.462)	(11.931)	1.711
Receita(despesa) IR/CS	(109.364)	(39.308)	(51.501)	(11.007)

9.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Companhia			
	30/6/2012		30/6/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	86.993	86.993	(15.557)	(15.557)
Adições(exclusões) permanentes:				
Resultado de participações societárias	142.533	142.533	(12.827)	(12.827)
Gratificação de administradores	200	-	224	-
Amortização ágio	4.691	-	4.691	-
Variação cambial diferida	74.666	74.666	(52.374)	(52.374)
Efeitos da Lei nº 11.638/2007	(126.201)	(126.201)	(55.147)	(55.153)
Subtotal	95.889	90.998	(115.433)	(120.354)
Base de cálculo dos tributos	182.882	177.991	(130.990)	(135.911)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Receita(despesa) com tributos	(45.721)	(16.019)	32.748	12.232
Créditos fiscais não constituídos	(25.508)	(9.623)	(32.903)	(12.288)
Despesas com tributos	(71.229)	(25.642)	(156)	(56)
Alíquota efetiva	81,88%	29,48%	-1,00%	-0,36%

	Consolidado			
	30/6/2012		30/6/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	73.596	73.596	54.741	54.741
Adições(exclusões) permanentes:				
Gratificações e participações	4.667	-	5.733	-
Amortização de ágio	7.445	-	4.691	-
Variação cambial diferida	74.666	74.666	(52.374)	(52.374)
Multas indedutíveis	913	-	74.029	-
Outras despesas indedutíveis	625	625	2.509	2.490
Efeitos da Lei 11.638/2007	(107.854)	(107.854)	(56.671)	(56.677)
Componente financeiro	-	-	23.728	23.728
Outras	11.368	11.608	(303)	13
Subtotal	(8.170)	(20.955)	1.342	(82.820)
Base de cálculo dos tributos	65.426	52.641	56.083	(28.079)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Receita(despesa) com tributos	(16.357)	(4.738)	(14.021)	2.527
Créditos sobre incentivos fiscais	399	-	302	551
Créditos fiscais não constituídos	(93.406)	(34.570)	(37.782)	(14.085)
Receita com tributos	(109.364)	(39.308)	(51.501)	(11.007)
Alíquota efetiva	148,60%	53,41%	94,08%	20,11%

9.3. Ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais a seguir detalhados, serão utilizados para redução de carga tributária futura, sendo reconhecidos com base em históricos de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis para o prazo máximo de 10 anos.

Natureza	Consolidado			
	30/6/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (a)	84.129	84.129	76.467	76.467
Provisão para contingências fiscais (a)	45.902	45.902	45.721	45.721
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	364.750	364.750	285.486	285.486
Perdas não operacionais	19.509	19.509	19.509	19.509
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600/2009 (a)	14.335	14.335	14.335	14.335
Prejuízos fiscais e base negativa (b)	718.278	817.099	722.547	820.093
Amortização de ágio (b)	193.679	193.679	204.238	204.239
Ajustes da Lei nº 11.638/2007 (c)	21.055	21.055	45.505	45.505
Ajustes Instrução CVM nº 371/2002	(111.247)	(111.247)	-	-
Base de cálculo dos impostos diferidos	1.350.390	1.449.211	1.413.808	1.511.355
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	337.598	130.429	353.451	136.022

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Efetivação da perda
- (b) Realização dos lucros
- (c) Realização dos efeitos da Lei nº 11.638/2007

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia e suas controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Consolidado						
2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total não circulante
70.835	55.611	50.132	42.869	40.888	207.692	468.027

9.4. Passivo diferido

	Companhia			
	30/6/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Diferenças temporárias:				
Ajustes da nº Lei 11.638/2007 (d)	286.426	286.426	1.512	1.512
Base de cálculo dos impostos diferidos	286.426	286.426	1.512	1.512
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	71.607	25.778	378	136

	Consolidado			
	30/6/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Diferenças temporárias:				
Outros componentes financeiros (a)	164.059	164.059	87.732	87.732
Variação cambial diferida (b)	5.283	5.283	4.103	4.103
Baixa deságio (c)	84.351	84.351	84.351	84.351
Acréscimo moratório (b)	11.470	11.470	9.470	9.470
Ajustes da Lei nº 11.638/2007 (d)	286.426	286.426	1.514	1.514
Base de cálculo dos impostos diferidos	551.589	551.589	187.170	187.170
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	137.898	49.644	46.793	16.845

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Efetivação do faturamento
- (b) Efetivação da perda
- (c) Perspectiva de realização de ganhos futuros
- (d) Realização dos efeitos da Lei 11.638/2007

	Consolidado			
	30/6/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação:				
Reserva de reavaliação	3.445.557	3.445.557	3.445.557	3.445.557
(-) Reversão de reavaliação anterior	(850.779)	(850.779)	(843.621)	(843.621)
(-) Depreciação / baixas	(1.423.524)	(1.423.524)	(1.412.047)	(1.412.047)
Base de cálculo	1.171.254	1.171.254	1.189.889	1.189.889
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Encargos tributários	292.814	105.413	297.472	107.090
Total dos tributos diferidos	430.712	155.057	344.265	123.935

9.5. Movimentação dos tributos diferidos

	Companhia		
	31/12/2011	Reconhecidos no resultado	30/6/2012
Imposto de renda:			
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	(378)	(71.229)	(71.607)
Total	(378)	(71.229)	(71.607)

	31/12/2011	Reconhecidos no resultado	30/6/2012
Contribuição social:			
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	(136)	(25.642)	(25.778)
Total	(136)	(25.642)	(25.778)

	Consolidado			
	31/12/2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	30/6/2012
Imposto de renda:				
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	19.117	1.915	-	21.032
Provisão para contingências fiscais	11.430	46	-	11.476
Perda no valor recuperável	71.372	19.816	-	91.188
Perdas não operacionais	4.877	-	-	4.877
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600	3.584	-	-	3.584
Prejuízos fiscais	180.637	(1.068)	-	179.569
Amortização de ágio	51.058	(2.638)	-	48.420
Outros componentes financeiros	(21.933)	(19.082)	-	(41.015)
Variação cambial ativa	(1.026)	(295)	-	(1.321)
Baixa deságio	(21.088)	-	-	(21.088)
Acréscimo moratório	(2.368)	(500)	-	(2.868)
Encargos de reavaliação	(297.472)	11.066	(6.408)	(292.814)
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	10.998	(77.341)	-	(66.343)
Ajustes Instrução CVM nº 371/2002	-	(27.812)	-	(27.812)
Total	9.186	(95.893)	(6.408)	(93.115)

	31/12/2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	30/6/2012
Contribuição social:				
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	6.882	690	-	7.572
Provisão para contingências fiscais	4.115	16	-	4.131
Perda no valor recuperável	25.694	7.134	-	32.828
Perdas não operacionais	1.756	-	-	1.756
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600	1.290	-	-	1.290
Base negativa	73.808	(270)	-	73.538
Amortização de ágio	18.382	(951)	-	17.431
Outros componentes financeiros	(7.896)	(6.869)	-	(14.765)
Variação cambial ativa	(369)	(106)	-	(475)
Baixa deságio	(7.592)	-	-	(7.592)
Acréscimo moratório	(852)	(180)	-	(1.032)
Encargos de reavaliação	(107.090)	3.929	(2.252)	(105.413)
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	3.959	(27.842)	-	(23.883)
Ajustes Instrução CVM nº 371/2002	-	(10.013)	-	(10.013)
Total	12.087	(34.462)	(2.252)	(24.627)

10. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social: O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23/12/2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20/1/2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2011	40.327
Valor provisionado	9.464
Valor homologado	51.982
Valor recebido	(766)
Saldo em 30/6/2012	101.007

11. SUB-ROGAÇÃO DA CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, foram enquadradas na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, as controladas CEMAT e CELPA, pelas Resoluções Autorizativa ANEEL nº 81, de 9/3/2004 e nº 1.999, de 7/7/2009 respectivamente.

O enquadramento das controladas é devido à implantação de projetos elétricos que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução do consumo de óleo diesel no processo de geração de energia, proporcionando a redução do dispêndio da CCC o que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18/12/2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pelas concessionárias, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

- **Controlada CEMAT com a implantação dos seguintes projetos:**

Sistemas de Transmissão e Distribuição Brasnorte / Juara / Juína, Campo Novo / Brasnorte, Juara / Juína, Sapezal, Tabaporã, Nova Monte Verde, Baixo Araguaia, Juruena, Sapezal / Comodoro.

Os projetos implantados tiveram o valor sub-rogado aprovado em R\$ 348.437. Até 30/6/2012 a CEMAT havia aplicado R\$ 433.612. Do montante sub-rogado a CEMAT recebeu R\$ 231.446, restando a receber em 30/6/2012 o valor R\$ 116.991 (R\$ 116.991 em 31/12/2011).

• **Controlada CELPA com a implantação do projeto elétrico para a interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, em duas fases:**

A primeira fase com os Sistemas de Transmissão e Distribuição Tucuruí / Cametá, Bento / Portel / Breves, Portel / Bagre, Breves / Melgaço, Breves / Curralinho, bem como as Subestações Tucuruí / Vila, Cametá, Portel, Breves, Bagre, Melgaço, Curralinho e Parada do Bento, sendo o valor sub-rogado aprovado no valor de R\$ 184.660.

A segunda fase com os Sistemas de Transmissão e Distribuição Tucuruí / UHE Parada do Bento, Anajás / Afuá, Anajás / Cachoeira do Arari, Breves / Anajás, Cachoeira do Arari / Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari / Salvaterra, Salvaterra / Soure, Ponta de Pedras / Muaná, Muaná / São Sebastião da Boa Vista, Afuá / Chaves, Cachoeira do Arari / Santa Cruz do Arari, bem como as Subestações Anajás, Parada do Bento, Tucuruí, Afuá, Chaves, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Salvaterra, Soure, Ponta de Pedras, Muaná e São Sebastião da Boa Vista, sendo o valor sub-rogado aprovado no valor de R\$ 288.957.

Do valor sub-rogado, foram aplicados até 30/6/2012, relativos a 1ª fase, o valor de R\$ 177.105 (R\$ 175.829 em 31/12/2011), sendo que a 2ª fase ainda não foi iniciada.

O ressarcimento destes recursos ocorrerá na medida em que ocorra a energização dos projetos, que prevê o retorno no médio e longo prazo de acordo com o plano de investimento das Controladas.

12. OUTROS ATIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Rendas a receber (a)	31.153	31.077	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.522	3.277	1.226	1.226
Custo de geração térmica (b)	42.368	19.489	-	-
Despesas pagas antecipadamente	3.309	7.349	-	-
Valores a recuperar de empregados	12.823	12.966	-	-
Adiantamentos a fornecedores	46.988	15.902	-	-
Alienação de bens e direitos	8.526	8.713	804	804
Dispêndios a reembolsar	2.539	1.750	-	-
Convênios de arrecadação	2.098	2.702	-	-
Créditos em conta de energia elétrica	4.391	3.964	-	-
Desativação em curso (c)	42.343	53.559	-	-
Plano de Universalização	11.476	5.911	5.071	2.341
ICMS - créditos adquiridos de terceiros	-	-	11.136	11.136
Padrão baixa renda	5.675	6.002	-	-
Governo do Estado do Tocantins (d)	-	-	13.275	13.275
Banco Daycoval (e)	-	-	203.564	-
Banco Itaú (f)	-	-	46.184	-
Banco BMG (f)	-	-	3.190	-
Banco Pine (f)	-	-	1.241	-
Banco Panamericano (f)	-	-	1.935	-
Outros	10.544	8.780	950	951
Total	225.755	181.441	288.576	29.733

(a) Refere-se, em sua maioria, a juros sobre parcelamentos de contas de energia elétrica e atualização monetária de contas de energia elétrica em atraso.

(b) De acordo com o Artigo 3º da Medida Provisória nº 466 de 29/7/2009, convertida em Lei nº 12.111 de 9/12/2009, o reembolso dos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deve considerar a apropriação dos custos relativos à contratação de energia e de potência associada, geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos e impostos do Setor Elétrico e aos investimentos realizados, além de ser considerado, como forma de reembolso, os demais custos diretamente associados à prestação dos serviços de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme especificados na Lei. De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 494 de 5/6/2012, a Controlada CELPA será restituída pelo fundo CCC, conforme orientações da Eletrobrás e por determinação da medida judicial.

(c) Refere-se às desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao intangível ou realização.

(d) Refere-se ao Convênio 028/2008 firmado entre a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS e o Governo do Estado do Tocantins para a implementação de 125km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá.

(e) Refere-se a resgate de aplicações financeiras junto ao Banco Daycoval das Controladas CELPA, CEMAT, CELTINS, CAIUÁ e ENERSUL. A Administração das Controladas considera tal resgate indevido e está questionando judicialmente a sua devolução e, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o direito de ressarcimento do montante é líquido e certo, restando o desfecho judicial para a avaliação do adequado registro e atualização do ativo.

(f) Refere-se a retenção de valores em contas-correntes bancárias da Controlada CELPA. A Administração da Controlada considera tais resgates indevidos e está questionando judicialmente.

13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas Controladas adotam práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia e suas Controladas, conforme regras previstas nos Estatutos Sociais. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os do grupo.

As operações celebradas pela Companhia e suas Controladas com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos, condições e do restrito interesse da Companhia e suas Controladas em sua realização.

O Acordo de Acionistas firmado entre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), representado pela Caixa Econômica Federal ("CEF"), a Denerge - Desenvolvimento Energético S.A. ("DENERGE") e a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP"), ambas controladoras indiretas da Companhia, prevê cláusulas que requerem a manutenção de determinados limites operacionais dentro de parâmetros pré-estabelecidos envolvendo a Companhia.

A Administração da Companhia e de suas Controladas acompanham esses limites operacionais, como forma de monitoramento e remediação com o FI-FGTS, quando necessário.

Em 30/6/2012, a Companhia não atingiu o indicador de Empréstimos de curto prazo/(Empréstimos de curto prazo + Empréstimos de longo prazo) menor que 0,50 e também atingiu o limite operacional de captações para novas operações. A Controlada Caiuá atingiu o limite operacional de captações para novas operações. As captações posteriores ao não atendimento destes limites e indicadores foram efetuadas após obtenção de anuência do FI-FGTS. Os demais limites e indicadores operacionais do acordo foram atendidos.

Em função da recuperação judicial da Controlada CELPA (vide nota explicativa nº 1), as condições restritivas relativas à Controlada estão suspensas.

13.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

		Companhia	
		Trimestre findo em:	Semestre findo em:
		30/6/2012	30/6/2011
TRANSAÇÕES DE MÚTUOS			
Receitas financeiras		12.155	14.560
Despesas financeiras		(12.276)	(14.238)
		25.909	28.118
		(25.895)	(27.227)
		No período/exercício findo em:	
		30/6/2012	31/12/2011
SALDOS ATIVOS			
Relacionamento			
Circulante			
Dividendos:			
Cia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Controlada	-	1.063
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	-	5.524
Cia Força e Luz do Oeste - CFLO	Controlada	2.795	687
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Controlada	-	6.012
Rede Power do Brasil S.A.	Controlada	-	6.248
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Controlada	3.792	6.744
Emp. de Distribuição de Energia Vale Paranapanema - EDEVP	Controlada	6.481	1.540
Emp. Energética do Estado do Mato Grosso do Sul - ENERSUL	Controlada	1.799	13.011
		14.867	40.829
Juros sobre capital próprio:			
Cia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Controlada	-	1.468
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	-	11.457
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Controlada	7.614	7.614
Emp. de Distribuição de Energia Vale Paranapanema - EDEVP	Controlada	-	1.020
		7.614	21.559
Total		22.481	62.388

Companhia

SALDOS ATIVOS	Relacionamento	No período/exercício findo em:	
		30/6/2012	31/12/2011
Não circulante			
Valores a recuperar:			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A - EEVP	Controladora direta	1.027	673
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	Controladora relativa	87	47
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Controlada	2	-
Caiuá Distribuição de Energia S.A	Controlada	-	515
		1.116	1.235
Assunção de dívida, cessão de crédito e outras avenças (a):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A - EEVP	Controladora direta	312.021	295.325
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	Controladora relativa	61.743	58.439
		373.764	353.764
Contrato de venda e compra de ações (b):			
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	Controladora relativa	19.522	18.478
		19.522	18.478
Conta corrente (c):			
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Controlada	1.881	-
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A - EEVP	Controladora direta	87.429	97.258
Denerge Desenvolvimento Energético S.A	Controladora relativa	15.571	14.263
		104.881	111.521
Total		499.283	484.998

		Companhia	
		No período/exercício findo em:	
SALDOS PASSIVOS	Relacionamento	30/6/2012	31/12/2011
Não circulante			
Valores a reembolsar:			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - EEVP	Controladora direta	38	38
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	715	715
Cia Força e Luz do Oeste - CFLO	Controlada	29	29
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Controlada	1.124	1.124
Tangará Energia S.A.	Controlada	19	-
Companhia Técnica de Comerc. de Energia (antiga Rede Comercializadora)	Controlada	492	262
Rede Power do Brasil S.A.	Controlada	32	-
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Controlada	20	9
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	Controlada	27	-
		2.496	2.177
Contrato de venda e compra de ações (b):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - EEVP	Controladora direta	110.916	119.168
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	61.055	57.788
		171.971	176.956
Conta corrente (c):			
Rede Power do Brasil S.A.	Controlada	-	12.467
Companhia Técnica de Comerc. de Energia (antiga Rede Comercializadora)	Controlada	46.432	18.023
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Controlada	-	1.610
Tangará Energia S.A.	Controlada	10.523	-
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	Controlada	10.898	9.744
		67.853	41.844
Conta corrente 31/12/2006 (d):			
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	Controlada	180.146	173.385
Cia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Controlada	64.770	64.775
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Controlada	23.333	22.458
		268.249	260.618
Assunção de dívida e cessão de créditos (e):			
Tangará Energia S.A.	Controlada	35.256	33.933
		35.256	33.933
Total		545.825	515.528

		Consolidado	
		Trimestre findo em:	Semestre findo em:
		30/6/2012	30/6/2011
		30/6/2012	30/6/2011
TRANSAÇÕES (MÚTUOS)			
Receitas financeiras		12.066	14.762
Despesas financeiras		(4.195)	(5.625)
		(9.628)	(11.980)
		No período/exercício findo em:	
		30/6/2012	31/12/2011
SALDOS ATIVOS			
Não circulante			
Valores a recuperar:			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	1.035	681
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	87	47
		1.122	728
Assunção de dívida, cessão de crédito e outras avenças (a):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	312.021	295.325
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	61.743	58.439
		373.764	353.764
Contrato de venda e compra de ações (b):			
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	23.570	22.309
		23.570	22.309
Conta corrente (c):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	87.612	97.258
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	18.664	16.752
		106.276	114.010
Total		504.732	490.811
SALDOS PASSIVOS			
Não circulante			
Valores a reembolsar:			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	93	278
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	-	93
		93	371
Conta corrente (c):			
Rede Peixe Energia S.A.	Coligada	235	210
		235	210
Contrato de venda e compra de ações (b):			
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Controladora direta	110.916	119.168
Denerge Desenvolvimento Energético S.A.	Controladora relativa	61.055	57.788
		171.971	176.956
Total		172.299	177.537

(a) Assunção de dívida, cessão de crédito e outras avenças

Como parte do processo de reorganização societária a Companhia, por meio de instrumento particular de assunção de dívidas, cessão de créditos e outras avenças de 31/3/2006, assumiu as dívidas e os créditos a receber perante terceiros, empresas controladas e instituição financeira existentes nas empresas controladoras EEVP no valor de R\$ 140.689 e Denerge no valor de R\$ 31.575.

O saldo apurado neste contrato deverá ser quitado no prazo máximo de até dez anos, devidamente atualizado pelo CDI acrescido de juros de 2% a.a., vencendo em 31/12/2016.

Em 29/12/2006 a Companhia assumiu, por meio de instrumento particular de assunção de dívidas e outras avenças, a dívida da QMRA Participações S.A. junto ao BNDES no valor de R\$ 101.408 a ser quitada em 60 parcelas mensais com carência de 36 meses vencendo a 1ª parcela em 30/12/2009.

Em dezembro/2006 este contrato foi repactuado adotando-se as mesmas condições da renegociação dos contratos junto ao BNDES.

Forma de Pagamento:

- 6,3% em 40 parcelas trimestrais, com vencimento da 1ª parcela para 15/12/2006.
- 93,7% em 05 parcelas trimestrais, com vencimento da 1ª parcela para 15/12/2007.
- Remuneração TJLP mais 2 % a.a.

(b) Contrato venda e compra de ações

Como parte do processo de reorganização societária, a Companhia e sua Controlada Rede Eletricidade e Serviços S.A. adquiriram e alienaram participações societárias por meio de instrumentos particulares de venda e compra de ações conforme abaixo:

- Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.

Alienação:

Rede Peixe Energia S.A: 60 parcelas mensais e sucessivas com carência de três anos vencendo a 1ª parcela em 3/4/2009 acrescidas de 100% do CDI mais 2% a.a. no valor de R\$ 9.973.

Agro Pastoril Lageado Ltda. no valor de R\$ 1.797: 60 parcelas mensais com carência de três anos vencendo a 1ª parcela em 4/4/2009 acrescidas de 100% do CDI mais 2% a.a.;

Bia TV a Cabo Ltda. no valor de R\$ 30: 60 parcelas mensais com carência de três anos vencendo a 1ª parcela em 4/4/2009 acrescidas de 100% do CDI mais 2% a.a.;

Aquisição:

Rede Comercializadora de Energia S.A no valor de R\$ 46.126 e Rede Eletricidade e Serviços S.A no valor de R\$ 19.370: Entrada em 3 parcelas anuais com vencimentos em 30/6/2006; 30/6/2007 e 30/6/2008 e mais 84 parcelas mensais vencendo a 1ª em 30/7/2008 todas acrescidas de 100% CDI mais 2% a.a.

- Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

Aquisição:

Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.: Entrada em 3 parcelas anuais com vencimentos em 30/6/2006; 30/6/2007 e 30/6/2008 e mais 84 parcelas mensais vencendo a 1ª em 30/7/2008 todas acrescidas de 100% CDI mais 2% a.a. no valor de R\$ 118.496.

(c) Conta corrente

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Holdings e Demais Empresas**

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as empresas do Grupo Rede que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30/10/2013, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Geradoras e Não Concessionárias (Mutuantes) e as Distribuidoras (Mutuárias)**

As empresas Geradoras e Não Concessionárias (mutuantes) darão em empréstimos, recursos financeiros dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato, às Distribuidoras (mutuárias), na medida de suas necessidades de forma sucessiva e contínua. Cada empresa tem um limite máximo para o saldo credor, as Distribuidoras, por sua vez, somente poderão realizar operações de conta-corrente na condição de tomadoras dos empréstimos perante as Geradoras e Não Concessionárias.

As mutuantes podem realizar operações de empréstimos financeiros entre si.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses, vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado à ANEEL o 7º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013. Até o encerramento destas informações não havia sido publicada a anuência da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras**

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato.

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA foi incluída no contrato na condição de mutuária, somente podendo receber recursos das demais distribuidoras.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado à ANEEL o 5º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013. Até o encerramento destas informações não havia sido publicada a anuência da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

(d) Conta corrente 31/12/2006

Refere-se à consolidação e repactuação dos saldos dos contratos denominados “Conta Corrente até 31/8/2004” que seriam pagos em 120 meses com carência de 18 meses e remunerados a taxa de 100% CDI e do contrato denominado “Conta Corrente após 1/9/2004” que permitia a movimentação financeira entre empresas do grupo com remuneração de CDI mais 2% de juros a.a., com prazo de vencimento de 24 meses, repactuados nas seguintes condições:

- Carência de 24 meses
- Prazo 86 meses
- Remuneração 100% CDI mais 2% Juros a.a.

Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do Despacho nº 181 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 29/1/2007.

Em fevereiro de 2008, por meio do 1º aditamento ao Instrumento Particular de Contratos de Repactuação de Dívida de Mútuo, foi repactuado a remuneração do contrato passando a ser de 100% do CDI a partir do saldo de devedor em 31/12/2007. Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do Despacho nº 709 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 22/2/2008.

(e) Assunção de dívida e cessão de créditos

Refere-se ao saldo apurado no Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Cessão de Créditos celebrado entre a Rede Energia S.A e a Tangará Energia S.A. no montante original de R\$ 33.933.

O saldo apurado neste contrato deverá ser quitado no prazo máximo de até 10 anos, devidamente atualizado pelo CDI, vencendo em 30/12/2021.

13.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração total dos administradores, no 1º semestre de 2012, foi de R\$ 1.174 (R\$ 1.383 no 1º semestre de 2011) que corresponde, em sua totalidade, a benefícios de curto prazo.

No 1º semestre de 2012 e 2011 não houve benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição dos Investimentos

	Companhia		Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Participações em controladas	2.136.548	2.340.347	-	-
Outros investimentos	513	506	36.572	36.602
(-) Perda no valor recuperável (a)	-	-	(19.508)	(19.508)
Total	2.137.061	2.340.853	17.064	17.094

(a) Parte das geradoras termelétricas operadas pela Controlada CELPA para a geração de energia elétrica, foram desativadas quando da interligação do sistema “Tramoeste”. Esses equipamentos foram desativados e transferidos como “propriedade para investimentos”, de acordo com a Deliberação CVM nº 584/2009, mantidos para auferir aluguel ou para valorização do capital. A Administração fez uma nova avaliação do estado físico e o local onde se encontram esses equipamentos e, em atendimento a Deliberação CVM nº 639/2010, decidiu registrar uma provisão para perda no valor recuperável (*impairment*) no montante de R\$ 19.508.

14.2. Resultado de equivalência patrimonial e amortização de ágio

	Companhia		Consolidado	
	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
Controladas:				
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	82	2.545	-	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica	2.546	6.954	-	-
Companhia Força e Luz do Oeste	(2.492)	1.351	-	-
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	1.445	5.839	-	-
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	7.564	21.698	-	-
QMRA Participações S.A.	(112.493)	(47.075)	-	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	(20.333)	(7.928)	-	-
Tangará Energia S.A.	(10.697)	(3.179)	-	-
Rede Power do Brasil S.A.	12.055	16.323	-	-
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	(26.359)	(16.223)	-	-
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	(1.149)	3.356	-	-
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	28.654	32.872	-	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	(5.913)	(4.204)	-	-
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	(1.392)	676	-	-
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	(10)	(178)	-	-
Subtotal	(128.492)	12.827	-	-
Amortização de ágio	(4.691)	(4.691)	(7.446)	(7.285)
Total	(133.183)	8.136	(7.446)	(7.285)

14.3. Investimentos relevantes avaliados pelo método da equivalência patrimonial

	Ações Possuídas (em milhares)		Participação no Capital	Capital	Patrimônio	30/6/2012 Lucro(Prejuízo)
Investidas	Ordinárias	Preferenciais	Integralizado	Realizado	Líquido	Líquido do Período
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	932	140	91,45%	40.948	78.082	90
Companhia Nacional de Energia Elétrica	1.927	407	98,69%	28.000	81.218	2.580
Companhia Força e Luz do Oeste	135.673	202.819	97,70%	11.500	17.402	(2.544)
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	192.632	-	50,86%	194.367	583.330	2.840
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	25.365	22.078	39,92%	710.196	1.310.110	18.675
QMRA Participações S.A.	2.408.385	-	100,00%	1.185.838	188.893	(112.492)
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	6.061	391	10,11%	518.932	297.597	(201.119)
Tangará Energia S.A.	48.271	30.000	100,00%	48.271	52.643	1.870
Rede Power do Brasil S.A.	97	-	99,98%	70.000	149.726	12.057
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	111.651	-	100,00%	111.267	(19.239)	(26.360)
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	115.905	-	100,00%	115.905	116.719	(1.150)
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	35.155.270	-	60,16%	533.468	751.526	47.630
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	1	-	99,60%	500	(58.192)	(5.936)
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	1	-	99,50%	1.830	2.258	(1.399)
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	15	-	60,48%	25.438	21.218	(16)

Investidas	31/12/2011					
	Ações Possuídas (em milhares)		Participação no Capital	Capital	Patrimônio	Lucro(Prejuízo) Líquido do
	Ordinárias	Preferenciais	Integralizado	Realizado	Líquido	Período
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	932	140	91,45%	40.948	78.019	5.584
Companhia Nacional de Energia Elétrica	1.927	407	98,69%	28.000	80.923	8.769
Companhia Força e Luz do Oeste	135.673	202.819	97,70%	11.500	31.869	2.873
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	192.632	-	50,86%	194.367	583.983	38.860
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	25.365	22.078	39,92%	710.196	1.277.158	146.884
QMRA Participações S.A.	2.408.385	-	100,00%	1.185.838	301.827	(571.339)
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	6.061	391	10,11%	518.932	500.497	(391.162)
Tangará Energia S.A.	48.271	30.000	100,00%	48.271	63.340	(1.388)
Rede Power do Brasil S.A.	97	-	99,98%	70.000	137.669	50.477
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	111.651	-	100,00%	111.267	7.120	(46.874)
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	115.905	-	100,00%	115.905	127.015	10.781
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	35.155.270	-	60,16%	533.468	788.244	151.795
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	1	-	99,60%	500	(52.256)	(45.691)
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	1	-	99,50%	1.310	3.657	1.380
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	15	-	60,48%	25.438	21.233	34

14.4. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2011	AFAC	Ajustes Reserva de Reavaliação	Equivalência Patrimonial	Amortização do Ágio	Dividendos	Saldo em 30/6/2012
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	71.349	-	(25)	82	-	-	71.406
Companhia Nacional de Energia Elétrica	79.863	-	(2.255)	2.546	-	-	80.154
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	297.014	-	(1.777)	1.445	-	-	296.682
Companhia Força e Luz do Oeste	31.136	-	(16)	(2.492)	-	(11.626)	17.002
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT (*)	621.244	-	(423)	7.564	(2.219)	6.012	632.178
QMRA Participações S.A. (*)	366.966	471	(912)	(112.493)	(1.974)	-	252.058
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	50.601	-	(180)	(20.333)	-	-	30.088
Tangará Energia S.A.	63.340	-	-	(10.697)	-	-	52.643
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (*)	(22.127)	-	-	(5.913)	-	-	(28.040)
Rede Power do Brasil S.A.	137.641	-	-	12.055	-	-	149.696
Rede de Eletricidade e Serviço S.A. (*)	17.743	-	-	(1.392)	-	-	16.351
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	7.120	-	-	(26.359)	-	-	(19.239)
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. (*)	131.407	-	-	(1.149)	(498)	(9.145)	120.615
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	12.842	-	-	(10)	-	-	12.832
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	474.208	-	-	28.654	-	(50.740)	452.122
Outros	506	7	-	-	-	-	513
Total	2.340.853	478	(5.588)	(128.492)	(4.691)	(65.499)	2.137.061

(*) Investimentos acrescidos de ágio.

Para mais informações sobre os investimentos, vide nota explicativa 5.1 - Informações sobre ativos, passivos e resultados por segmentos reportável.

15. IMOBILIZADO

A mutação do ativo imobilizado das controladas está demonstrado da seguinte forma:

	Consolidado			
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências
Em serviço:				
Custo				
Geração	238.970	-	-	-
Administração	4.575	28	(1.302)	-
Não vinculadas a concessão	2.281	165	(2.214)	-
Subtotal	245.826	193	(3.516)	-
Total do custo	245.826	193	(3.516)	-
(-) Amortização				
Geração	(44.170)	(3.255)	-	-
Administração	(1.957)	(321)	604	-
Não vinculadas a concessão	(402)	(46)	263	-
Subtotal	(46.529)	(3.622)	867	-
Total da amortização	(46.529)	(3.622)	867	-
Total em serviço	199.297	(3.429)	(2.649)	-
Em Curso:				
Geração	198	-	-	-
Subtotal	198	-	-	-
Total em curso	198	-	-	-
Total	199.495	(3.429)	(2.649)	-

Por natureza a composição dos bens do ativo imobilizado das controladas está demonstrado abaixo:

	Consolidado			
			30/6/2012	31/12/2011
			Valor líquido	Valor líquido
	Custo	(-) Amortização acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Em serviço:				
Terrenos	1.743	-	1.743	3.376
Reservatórios, barragens e adutoras	74.069	(13.552)	60.517	61.302
Edificações, obras civis e benfeitorias	25.287	(4.897)	20.390	20.673
Máquinas e equipamentos	139.992	(29.911)	110.081	112.514
Veículos	180	(156)	24	959
Móveis e utensílios	1.232	(768)	464	473
Subtotal	242.503	(49.284)	193.219	199.297
Em curso:				
Reservatórios, barragens e adutoras	43	-	43	43
Móveis e utensílios	90	-	90	90
Outros	65	-	65	65
Subtotal	198	-	198	198
Total	242.701	(49.284)	193.417	199.495

Por atividade, os bens que compõe o ativo imobilizado são constituídos da seguinte forma:

				Consolidado	
				30/6/2012	31/12/2011
	Taxas médias de amortização (*)	Custo	(-) Amortização acumulada	Subtotal	Imobilizado Líquido
Em serviço:					Imobilizado Líquido
Geração	1,38%	238.970	(47.425)	191.545	191.545
Administração	4,51%	3.301	(1.674)	1.627	1.627
Não vinculadas a concessão	8,52%	232	(185)	47	47
Subtotal		242.503	(49.284)	193.219	193.219
Em curso:					
Geração		198	-	198	198
Subtotal		198	-	198	198
Total		242.701	(49.284)	193.417	193.417

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de amortização do exercício dividida pelo saldo médio anual do intangível.

Para as taxas médias de depreciação, vide nota explicativa nº 16.1.

16. ATIVO INTANGÍVEL

16.1. Ativo Financeiro e Ativo Intangível do contrato de concessão

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

		Consolidado	
		30/6/2012	31/12/2011
Ativo financeiro		2.093.826	1.895.364
Ativo intangível		5.347.768	5.248.483
Total		7.441.594	7.143.847

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

	Consolidado				
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	30/6/2012
Em serviço:					
Custo					
Geração	49.130	86	(243)	17	48.990
Distribuição	12.609.506	124.182	(114.778)	331.120	12.950.030
Comercialização	66.635	12	(1.410)	261	65.498
Administração	514.701	345	(19.508)	8.352	503.890
Não vinculadas a concessão	1.343	1	-	-	1.344
Subtotal	13.241.315	124.626	(135.939)	339.750	13.569.752
(-) Obrigações vinc. à concessão	(2.854.112)	(332.245)	331.263	(195.301)	(3.050.395)
Total do custo	10.387.203	(207.619)	195.324	144.449	10.519.357
(-) Amortização					
Geração	(15.698)	(1.038)	202	1	(16.533)
Distribuição	(3.990.476)	(303.959)	31.110	(1)	(4.263.326)
Comercialização	(32.983)	(2.522)	447	-	(35.058)
Administração	(304.724)	(17.426)	15.371	-	(306.779)
Não vinculadas a concessão	(1.084)	(26)	-	-	(1.110)
Subtotal	(4.344.965)	(324.971)	47.130	-	(4.622.806)
Obrigações vinc. à concessão	402.876	95.514	-	-	498.390
Total da amortização	(3.942.089)	(229.457)	47.130	-	(4.124.416)
Total em serviço	6.445.114	(437.076)	242.454	144.449	6.394.941
Em Curso:					
Geração	4.100	1.097	(86)	(109)	5.002
Distribuição	1.458.816	660.570	(119.871)	(331.158)	1.668.357
Comercialização	462	4.653	-	(123)	4.992
Administração	62.350	18.354	(704)	(8.360)	71.640
Subtotal	1.525.728	684.674	(120.661)	(339.750)	1.749.991
(-) Obrigações vinc. à concessão	(826.995)	(106.873)	35.229	195.301	(703.338)
Total em curso	698.733	577.801	(85.432)	(144.449)	1.046.653
Total	7.143.847	140.725	157.022	-	7.441.594

Por atividade, os bens que compõem o ativo intangível dos contratos de concessão são constituídos da seguinte forma:

						Consolidado	
						30/6/2012	31/12/2011
	Taxas médias de amortização (*)	Custo	(-) Ativo financeiro líquido	(-) Amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida	Valor líquido
Em serviço:							
Geração	2,07%	48.990	(9.320)	(16.534)	23.136	(248)	22.888
Distribuição	2,38%	12.950.030	(2.019.153)	(4.263.325)	6.667.552	(2.553.001)	4.114.551
Comercialização	3,79%	65.498	(11.715)	(35.057)	18.726	(705)	18.021
Administração	3,38%	503.890	(53.621)	(306.780)	143.489	1.949	145.438
Não vinculadas a concessão	1,69%	1.344	(17)	(1.110)	217	-	217
Subtotal		13.569.752	(2.093.826)	(4.622.806)	6.853.120	(2.552.005)	4.301.115
Em curso:							
Geração		5.002	-	-	5.002	(26)	4.976
Distribuição		1.668.357	-	-	1.668.357	(703.237)	965.120
Comercialização		4.992	-	-	4.992	(55)	4.937
Administração		71.640	-	-	71.640	(20)	71.620
Subtotal		1.749.991	-	-	1.749.991	(703.338)	1.046.653
Total		15.319.743	(2.093.826)	(4.622.806)	8.603.111	(3.255.343)	5.347.768

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de amortização do exercício dividida pelo saldo médio anual do intangível.

As taxas de amortização são determinadas com base nas principais taxas anuais de amortização por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 7/2/2012, sendo as seguintes:

	Taxas anuais de amortização %		Taxas anuais de amortização %
Geração:		Comercialização:	
Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	Edificações	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Distribuição:		Administração central:	
Barra de capacitores	5,00 - 6,70	Veículos	14,29
Chave de distribuição	3,33 - 6,67	Equipamento geral	6,25
Condutor do sistema	2,70 - 3,57		
Estrutura do sistema	2,70 - 3,57		
Regulador de tensão	3,45 - 4,35		
Transformador de distribuição	3,70 - 4,00		

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A partir de 1/1/2007, as Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 8/2/2007, 15/2/2007 e 27/6/2007, respectivamente. Nessas legislações ficou determinado que:

- As baixas do ativo intangível, de bens ou empreendimentos que tenham sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros, devem ser refletidas nas Obrigações Vinculadas, de forma a anular os efeitos no resultado do exercício, quando do encerramento da Ordem de Desativação - ODD.

Para fins de baixa dos recursos registrados nas Obrigações Vinculadas, deve ser identificado e utilizado o percentual que o bem ou empreendimento baixado representa em relação ao ativo intangível em serviço da respectiva atividade.

- Os valores registrados nas Obrigações Vinculadas passaram a ser objeto de cálculo de Reintegração – Depreciação e registrados contabilmente de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício. O prazo de início da apuração da depreciação acumulada deve ser a partir do 2º ciclo da revisão tarifária.

Para a apuração do valor da reintegração, deve ser utilizada a taxa média de amortização do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das Obrigações Vinculadas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31/10/2006, estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica de suas controladas.

Desde 1/1/1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição:

	Consolidado					
	Ativo intangível		Ativo financeiro		Total	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Participação do consumidor	(1.124.797)	(1.003.327)	(145.891)	(79.675)	(1.270.688)	(1.083.002)
Participação da União	(33.456)	(41.154)	(25.408)	(18.242)	(58.864)	(59.396)
Participação do Estado	(75.606)	(103.282)	(79.030)	(54.585)	(154.636)	(157.867)
Participação dos Municípios	(64.981)	(73.142)	(17.135)	(7.134)	(82.116)	(80.276)
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	(171.971)	(209.103)	(69.612)	(29.872)	(241.583)	(238.975)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(33)	(38)	(5)	(6)	(38)	(44)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(4.377)	(4.704)	(1.439)	(516)	(5.816)	(5.220)
Universalização do serviço público de energia elétrica	(847.370)	(1.494.512)	(591.459)	(156.364)	(1.438.829)	(1.650.876)
Outros	(2.759)	(2.561)	(14)	(14)	(2.773)	(2.575)
Total	(2.325.350)	(2.931.823)	(929.993)	(346.408)	(3.255.343)	(3.278.231)

Reavaliação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 183/1995, item 15, a Companhia e suas Controladas procederam a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do ativo intangível e financeiro.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/7/2005 aprovou a nomeação das empresas especializadas Moore Stephens Lima Lucchesi Auditores Independentes e Stima Engenharia Ltda. e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, em que constam os novos valores dos bens do ativo intangível e financeiro na data-base de 31/5/2005, conforme detalhado a seguir:

	Laudo de reavaliação	Valor residual	Incremento (redução)
Geração	11.851	4.011	7.840
Distribuição	274.534	162.182	112.352
Comercialização	4.691	3.665	1.026
Administração	5.955	2.637	3.318
Transmissão	335	69	266
Total de incremento do ativo intangível	297.366	172.564	124.802
Impostos diferidos			(41.280)
Reavaliações anteriores			390.719
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciables			(4.993)
Equivalência patrimonial sobre nova reavaliação			423.257
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos diferidos (depreciação e baixas)			(540.493)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 30/6/2012			352.012

O efeito no resultado Consolidado no 1º semestre de 2012, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$ 20.861 (R\$ 20.100 no 1º semestre de 2011), líquido dos efeitos tributários.

Custo atribuído

A controlada Tangará Energia S.A. utilizou o custo atribuído para seu ativo imobilizado, impactando em 1/1/2009 da seguinte forma:

Ativo imobilizado	Valor contábil líquido	Valor justo	Mais Valia
Terrenos	615	1.743	1.128
Reservatórios, Barragens e Adutoras	62.905	66.004	3.099
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	21.312	22.362	1.050
Máquinas e Equipamentos	83.275	123.869	40.594
Outros	82	243	161
Total do imobilizado em serviço	168.189	214.221	46.032
Imobilizado em curso	130	130	-
Total do imobilizado	168.319	214.351	46.032
Impostos diferidos			(15.651)
Realização do custo atribuído líquida de impostos diferidos			(3.530)
Saldo custo atribuído em 30/6/2012			26.851

O efeito no resultado Consolidado no 1º semestre de 2012, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$ 502 (R\$ 502 no 1º semestre de 2011), líquido dos efeitos tributários.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2011, as Controladas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 30/6/2012, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

16.2. Outros ativos intangíveis – líquido

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2011	Amortização	Saldo em 30/6/2012
Direito de concessão:			
CEMAT	111.402	(2.220)	109.182
EDEVP	4.393	(498)	3.895
CELPA (QMRA)	200.251	(4.728)	195.523
Subtotal	316.046	(7.446)	308.600
Outros:			
Rede Comercializadora	29.919	-	29.919
Rede Eletricidade e Serviços	14.104	-	14.104
Subtotal	44.023	-	44.023
Total	360.069	(7.446)	352.623

17. FORNECEDORES

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	800.606	491.328	-	-
Energia livre - CCEE	21.249	28.935	818	1.666
Aquisição de combustível	214.258	93.181	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	38.453	23.288	-	-
Materiais e serviços	292.803	186.816	-	-
Total	1.367.369	823.548	818	1.666

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Companhia			
	Circulante		Não circulante	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Outras obrigações fiscais Federais:				
IRRF	281	310	-	-
IOF	4.505	4.505	-	-
Previdencia Social	112	119	-	-
PIS	-	480	-	-
COFINS	-	2.209	-	-
Outros	18	20	-	-
Subtotal	4.916	7.643	-	-
Parcelamentos:				
Parcelamento Lei nº 11.941/2009 (c) (e)	6.023	5.860	-	1.821
PAES	97	91	12	66
Subtotal	6.120	5.951	12	1.887
Desverticalização de tributos federais (c) (e)	(3.219)	(3.716)	-	(1.239)
Total de outras obrigações fiscais Federais	7.817	9.878	12	648
Total de obrigações fiscais	7.817	9.878	12	648

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Obrigações fiscais Federais:				
Imposto de renda	25.765	19.588	-	-
Contribuição social	11.044	8.222	-	-
Subtotal	36.809	27.810	-	-
Outras obrigações fiscais Federais:				
IRRF	2.728	12.458	-	-
Previdência social	12.939	14.812	-	-
FGTS	1.905	3.378	175	175
PIS	63.268	27.663	-	-
COFINS	286.764	127.251	-	-
IOF	4.715	4.650	-	-
Outros	1.257	2.582	-	-
Subtotal	373.576	192.794	175	175
Parcelamentos:				
Parcelamento Lei nº 11.941/2009 (a)	114.550	134.202	194.066	235.821
Parcelamento ordinário - PIS (b)	15.169	14.041	45.564	42.875
Parcelamento ordinário - COFINS (b)	77.156	64.665	205.252	198.100
Parcelamento ordinário - CPMF (b)	1.172	1.239	8.762	9.046
Parcelamento ordinário - IRPJ (b)	2.811	-	10.066	-
Parcelamento ordinário - CSLL (b)	1.002	-	3.588	-
Parcelamento ordinário - INSS (c)	240	232	11	135
Subtotal	212.100	214.379	467.309	485.977
Desverticalização de tributos federais (a) (e)	(3.219)	(3.716)	-	(1.239)
Total de outras obrigações fiscais Federais	582.457	403.457	467.484	484.913
Total de obrigações fiscais Federais	619.266	431.267	467.484	484.913
Obrigações fiscais Estaduais:				
ICMS	527.019	316.413	843	843
Parcelamentos:				
ICMS (d)	134.704	147.340	43.942	75.014
Total de obrigações fiscais Estaduais	661.723	463.753	44.785	75.857
Obrigações fiscais Municipais:				
ISS	3.503	4.598	-	-
Total de obrigações fiscais Municipais	3.503	4.598	-	-
Total de obrigações fiscais	1.284.492	899.618	512.269	560.770

(a) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX e Dívidas não parceladas anteriormente com vencimentos até 30/11/2008, mantidos junto a Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Previdência Social, em função da adesão da Companhia, em setembro de 2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941/2009. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Em 29/6/2011, a Companhia concluiu a etapa final da consolidação das modalidades de parcelamento previstas nos artigos 1º e 3º da Lei nº 11.941/2009, com as informações dos montantes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social utilizados para a liquidação de multas e juros, indicação dos débitos passíveis de parcelamento e do número de parcelas.

	Companhia			
	Tributos			
	RFB			
Saldo consolidado em 31/12/2011	2.726			
Encargos	208			
Repasse processo desverticalização	1.736			
Amortizações	(1.866)			
Saldo consolidado em 30/6/2012	2.804			

	Consolidado			
	Tributos			
	RFB	PGFN	Previdência social	Total
Saldo consolidado em 31/12/2011	272.740	76.991	15.337	365.068
Encargos	1.426	2.947	583	4.956
Repasse processo desverticalização	1.736	-	-	1.736
Amortizações	(62.223)	(3.069)	(614)	(65.906)
Saldo consolidado em 30/6/2012	213.679	76.869	15.306	305.854

(b) Parcelamento Ordinário – Parcelamentos concedidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB - referente saldo devedor de PIS e COFINS do ano corrente, protocolados em 25/11/2009, o qual será pago em 60 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, com o pagamento da primeira parcela em 25/11/2009 e a última está prevista para ser liquidada em 30/10/2014 e CPMF, conforme parecer CDA/PGFN 544/2007, convalidando o parcelamento do tributo segundo as normas da Lei nº 10.522/2002, inclusive sobre aqueles concedidos com base no artigo 8º da MP 303/2006.

(c) Refere-se à consolidação de débitos junto ao FNDE no Parcelamento Especial - PAES com vencimentos até 28/2/2003, sobre os quais incidem juros mensais equivalentes à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

(d) Parcelamentos de ICMS das controladas junto às receitas estaduais com parcelas entre 8 a 100 meses e com vencimento da última ocorrendo em julho de 2016, corrigidas pela Taxa de Juros de Longo Prazo –TJLP, Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e UFESP.

(e) Tributos federais transferidos por responsabilidade solidária à controlada Caiuá Distribuição de Energia S.A. no processo de desverticalização nos termos da Lei nº 10.848/04 e Resolução Autorizativa ANEEL nº 309, de 5/9/2005.

19. CONSUMIDORES - DEVOLUÇÃO TARIFÁRIA

	ENERSUL	EDEVP	Total
Saldo em 31/12/2011	193	10.765	10.958
Atualizado no exercício	-	2.899	2.899
Transferência do não circulante	(193)	(4.066)	(4.259)
Amortizado no exercício	-	-	-
Saldo em 30/6/2012	-	9.598	9.598

a. ENERSUL

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a anular aumentos tarifários resultantes de repasse de CVA, com base nas simulações realizadas. Se confirmada as premissas, o saldo remanescente será suficiente para evitar que haja aumento tarifário em 2009 e, ainda, para suavizar ou até mesmo evitar que haja elevação tarifária em 2010. Vale ressaltar que as simulações foram feitas levando-se em consideração o cenário mais provável de evolução da média dos custos de geração e de transmissão e com encargos setoriais, além das previsões do Banco Central para os índices de inflação. Essa compensação será remunerada pela taxa SELIC.

O reposicionamento foi o principal resultado da revisão tarifária e decorreu da aferição pela ANEEL dos custos operacionais eficientes, por meio da metodologia Empresa de Referência - ER, da avaliação dos investimentos prudentes, por meio da BRR e do reconhecimento de custos não gerenciáveis, Parcela "A". No presente caso da ENERSUL, a ER foi mantida como provisória por existir alguns componentes ainda em avaliação pela ANEEL.

O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$ 151.122, resultado de R\$ 192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$ 41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL, sendo o valor de R\$ 18.450 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009, R\$ 76.522 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2009/2010 e R\$ 77.950 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2010/2011 e R\$ 637 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário de 2011/2012 concluindo o ajuste da revisão de 2003 iniciado em 2008, conforme Resolução Homologatória nº 1.128 de 5/4/2011 e Nota Técnica nº 71/2011 de 30/3/2011.

O saldo da terceira parcela do ajuste financeiro decorrente do recálculo da Revisão Tarifária de 2003, foi amortizado durante o 1º trimestre de 2012.

b. EDEVP

Por meio do memorando nº 116/2009-SRT/ANEEL, de 8/4/2009, a Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão – SRT informou os valores dos encargos de uso da Rede Básica a serem considerados no cálculo do reajuste tarifário da Companhia, tendo por base o período de referência de maio/2008 a abril/2009 e as tarifas de uso das instalações de transmissão componentes da Rede Básica.

Não foi considerado para este reajuste a parcela financeira referente a amortização dos passivos da cobrança da TUSD-g, devidas pela Duke Energy, atualmente com montante acumulado de R\$ 36.948, segundo o memorando 116/2009 – SRT/ANEEL. Se fosse descontado estes valores da parcela financeira sem o ressarcimento pela Duke, poderia causar sérias consequências no equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Na Resolução Homologatória nº 816/2009 e Nota Técnica nº 156/2009, foram considerados no ciclo 2009/2010 o valor de R\$ 8.146 e, na Resolução Homologatória nº 975/2010 e Nota Técnica nº 134/2010, foram considerados no ciclo 2010/2011 o valor R\$ 15.412 e, na Resolução Homologatória nº 1.148/2011 e Nota Técnica nº 105/2011, foram considerados no ciclo 2011/2012 o valor R\$ 10.397 e, na Resolução Homologatória nº 1.287/2012 e Nota Técnica nº 114/2012, foram considerados no ciclo 2012/2013 a última parcela no valor de R\$ 11.272.

O saldo da devolução em 30/6/2012 é de R\$ 9.598 (R\$ 10.765 em 31/12/2011).

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

20.1. Composição

	Companhia			
	30/6/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
BNDES - URTJLP	128.568	-	34.527	92.934
Capital de giro - CDI	421.076	103.608	439.266	94.132
Capital de giro - Pré	-	-	55.232	22.656
Subtotal	549.644	103.608	529.025	209.722
(-) Custo de transação	(427)	(247)	(532)	(432)
Total moeda nacional	549.217	103.361	528.493	209.290
Moeda estrangeira:				
Bônus perpétuos	27.297	1.003.770	-	931.515
Marcação a mercado	-	(562.111)	-	(158.358)
Total moeda estrangeira	27.297	441.659	-	773.157
Total geral	576.514	545.020	528.493	982.447
Principal	512.869	545.267	496.329	982.879
Encargos	63.645	(247)	32.164	(432)

Consolidado				
	30/6/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
BNDES - URTJLP	317.831	-	231.510	92.934
BNDES - PRÉ	45.550	-	46.531	-
Eletrobrás	233.363	752.786	170.645	799.925
FINAME	4.023	3.955	5.698	5.452
Recompra de ações PN "R"	152.302	-	139.508	-
Investimento	34.826	48.859	44.334	56.328
Capital de giro - CDI	1.168.535	1.097.249	1.235.356	1.210.564
Capital de giro - IPCA	40.242	11.112	41.143	19.723
Capital de giro - TJLP	4.496	-	7.714	639
Capital de giro - Pré	23.620	30.933	92.791	22.656
FNO	6.836	76.276	5.718	77.450
FDE	916	754	838	877
Subtotal	2.032.540	2.021.924	2.021.786	2.286.548
(-) Custo de transação	(9.232)	(14.910)	(10.395)	(19.178)
Total moeda nacional	2.023.308	2.007.014	2.011.391	2.267.370
Moeda estrangeira:				
Bônus perpétuos	27.297	1.003.770	-	931.515
BID	154.991	129.415	178.508	147.799
Unit Notes	-	-	23.448	-
Capital de giro	518.147	-	472.643	-
Tesouro nacional	6.819	95.493	7.419	89.583
Subtotal	707.254	1.228.678	682.018	1.168.897
(-) Marcação a mercado	-	(562.111)	-	(158.358)
(-) Custo de transação	(1.657)	(4.847)	(1.678)	(5.672)
(-) Cauções	-	(70.134)	-	(60.727)
Total moeda estrangeira	705.597	591.586	680.340	944.140
Total geral	2.728.905	2.598.600	2.691.731	3.211.510
Principal	2.434.979	2.618.357	2.428.919	3.236.360
Encargos	293.926	(19.757)	262.812	(24.850)

As Controladas são devedoras de R\$ 585.934 em empréstimos de longo prazo com obrigações em atraso. A despeito dessa circunstância, as Controladas mantêm tais obrigações registradas em seu passivo exigível não circulante, em virtude das renegociações em curso com os respectivos credores.

20.2. Composição do saldo devedor por moeda/indexador

	Companhia			
	30/6/2012	%	31/12/2011	%
Moeda nacional:				
URTJLP	128.568	19,68	127.461	17,25
CDI	524.684	80,32	533.398	72,21
PRÉ-FIXADO	-	-	77.888	10,54
Subtotal	653.252	100,00	738.747	100,00
Custo de transação	(674)		(964)	
Total	652.578		737.783	
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
PRÉ-FIXADO	1.031.066	100,00	931.515	100,00
Subtotal	1.031.066	100,00	931.515	100,00
Marcação a mercado	(562.110)		(158.358)	
Total	468.956		773.157	
Total	1.121.534		1.510.940	

	Consolidado			
	30/6/2012	%	31/12/2011	%
Moeda nacional:				
URTJLP	323.478	7,98	332.895	7,73
UFIR	986.149	24,32	970.570	22,53
CDI	2.342.863	57,78	2.540.245	58,95
IGPM	152.302	3,76	139.509	3,24
IPCA	51.354	1,27	60.866	1,41
TJLP	6.272	0,15	10.197	0,24
PRÉ-FIXADO	192.046	4,74	254.052	5,90
Subtotal	4.054.464	100,00	4.308.334	100,00
Custo de transação	(24.142)		(29.573)	
Total	4.030.322		4.278.761	
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
LIBOR	53.235	2,75	68.004	3,67
PRÉ-FIXADO	1.882.697	97,25	1.782.911	96,33
Subtotal	1.935.932	100,00	1.850.915	100,00
Custo de transação	(6.504)		(7.350)	
Cauções	(70.134)		(60.727)	
Marcação a mercado	(562.111)		(158.358)	
Total	1.297.183		1.624.480	
Total	5.327.505		5.903.241	

20.3. Detalhamento dos empréstimos e financiamentos

Companhia

Moeda nacional:

a. BNDES: Contratos para investimentos em geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, sobre os quais incidem juros à taxa média ponderada de 4,08% ao ano acima da TJLP, com vencimento final em setembro/2016.

Contrato de confissão, reescalonamento e consolidação de dívidas junto ao BNDES (vide item “a” no detalhamento dos empréstimos e financiamentos consolidado).

b. Capital de giro: As operações de capital de giro são pré-fixadas ou indexadas a CDI, com vencimento da última parcela ocorrendo em fevereiro/2016.

- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 15,37% a.a.
- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 5,57% a.a.

Dentro destas operações existem contratos com taxa de juros efetiva de 2,55% a.a. que contemplam os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o 1º semestre de 2012 foram amortizados R\$ 290 (R\$ 393 no 1º semestre de 2011).

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	30/6/2012	31/12/2011
2012	242	532
2013	321	321
2014	111	111
Total	674	964

Moeda estrangeira:

a. Bônus Perpétuos: Emissão no montante de US\$ 575.000, sendo recomprado um montante de US\$ 78.404 (13,64 % do montante emitido) com deságio de 47,11%. O bônus foi emitido com uma taxa de 11,125% ao ano, com pagamentos trimestrais, não possuindo data de vencimento, e poderão, por opção da Companhia, serem resgatados a partir de 2/2/2012, em qualquer data de pagamento de juros pelo valor do principal. O bônus é negociado na *Luxembourg Stock Exchange* (Bolsa de Valor de Luxemburgo) e apresenta liquidez.

Os títulos da Companhia eram negociados com um percentual de desconto de 56% em 30/6/2012 (17% em 31/12/2011).

A Companhia optou por designar o bônus perpétuo como mensurados a valor justo por meio do resultado. O referido título quando considerado pelo custo apresenta uma inconsistência entre o reconhecimento do passivo pelo seu valor de face (emissão) e o valor efetivamente negociado, pelo qual a Companhia poderia comprá-lo. O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A designação a valor justo deste título, por meio do resultado produz uma informação mais relevante a respeito da posição patrimonial e financeira da Companhia, reduzindo a inconsistência de mensuração, além de ser útil como base para avaliação de riscos e investimentos da Companhia.

O valor da marcação a mercado representa a diferença entre o valor contabilizado e o valor de uma possível recompra.

Detalhamento da variação do valor do bônus perpétuo:

	30/6/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício/período	773.157	810.880
Risco de crédito próprio	(455.706)	(235.759)
Risco de mercado	124.208	198.036
Saldo no final do exercício/período	441.659	773.157

A Companhia realizou dois conjuntos de opções denominadas de *Zero Cost Strategy*, com o objetivo de proteção parcial contra a valorização do dólar nos próximos dois pagamentos de juros do Bônus Perpétuo (vide nota explicativa nº 23).

Consolidado

Em função da recuperação judicial da controlada CELPA (vide nota explicativa nº 1) os empréstimos e financiamentos em moeda nacional e BID em moeda estrangeira, foram atualizados até fevereiro/2012. Os demais contratos em moeda estrangeira estão atualizados ao câmbio do fechamento desta demonstração de acordo com o artigo 50 da Lei nº 11.101/2005.

Moeda nacional:

a. **BNDES:** representados por contratos efetuados na Rede Energia e na controlada CELPA, nos montantes de R\$ 128.568 e R\$ 234.813, respectivamente em 30/6/2012 (R\$ 127.461, R\$ 241.306, respectivamente e R\$ 2.208 ENERSUL em 31/12/2011), relacionados às seguintes finalidades:

- Rede Energia - Reestruturação financeira: Assunção pela Controladora Rede Energia S.A. em 30/11/2006 conforme Decisão nº DIR1005/2006-BNDES, das dívidas da EEVP e da DENERGE, decorrentes dos contratos de financiamentos nº 97.2.514.31 (EEVP), 03.2.398.3.1 (DENERGE); 04.2.179.3.1 (DENERGE) e do subcrédito "D" (/047) do Contrato de Financiamento nº 98.2.022.3.1 (EEVP), no montante total de R\$ 201.842, bem como sua consolidação e reescalonamento, conforme condições abaixo:

Subcrédito "B": R\$ 185.014

Subcrédito "C": R\$ 16.828

Prazos de amortização:

Subcréditos "B" e "C": em 40 prestações trimestrais, com a seguinte progressividade:

- 15% em 12 prestações trimestrais e sucessivas, cada uma no valor do principal vencendo deste percentual, dividido pelo número dessas prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira em 15/12/2006 e a última em 15/9/2009;

- 85% em 28 prestações trimestrais e sucessivas, cada uma no valor do principal vencendo deste percentual, dividido pelo número dessas prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira em 15/12/2009 e a última em 15/9/2016;

Juros para Subcréditos "B":

4% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP; juros exigíveis com relação ao Subcrédito “B”, trimestralmente, a partir 15/12/2006, juntamente com as prestações do principal.

Juros para Subcréditos “C”:

5% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP; juros exigíveis trimestralmente, a partir de 15/12/2006, e juntamente com as prestações do principal.

Garantias: penhor de ações das controladas e controladoras.

- CELPA - Empréstimos obtidos em dezembro/2009 com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão em sua área de concessão no valor de R\$ 449.277, com taxa média de 4,07% a.a. acima da variação da TJLP e taxa pré-fixada de 4,5% a.a., vencendo a primeira parcela de amortização em janeiro/2012 e a última em dezembro/2019. Até junho/2012 foram liberados R\$ 240.385.

b. Eletrobrás: substancialmente representados por contratos relacionados às seguintes finalidades:

- Programas Luz no Campo e Luz para Todos, com maior representatividade nas controladas CELPA, CEMAT, CELTINS e ENERSUL, nos montantes de R\$ 421.287, R\$ 370.859, R\$ 104.670 e R\$ 75.176, respectivamente em 30/6/2012 (R\$ 416.343, R\$ 359.555, R\$ 101.411 e R\$ 78.146, respectivamente em 31/12/2011), todos com prazo de carência de 24 meses e prazo de amortização em 120 meses acrescidos de taxas de juros entre 5% a.a. e 7,18% a.a., com amortização mensal. Até junho/2012, foi liberado para a controlada CELPA o montante de R\$ 86.196 por meio do contrato ECF-2812/2010 e ECFS-2870/2010 com carência de 36 meses e vencimento da última parcela em agosto/2024 com encargos de 7% a.a.
- Programas tomados para expansão dos sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização, na controlada CEMAT, cujo montante em 30/6/2012 é de R\$ 448 (R\$ 527 em 31/12/2011). O contrato inicial é datado de 1/7/1996 e a data de vencimento do último contrato ocorrerá em agosto/2022, com taxas de juros que variam de 6% a 8,5% a.a.. Todos os contratos com carência de 2 anos.
- IRD's (Instrumento de Reconhecimento de Débito) - Recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária na controlada ENERSUL, cujo montante em 30/6/2012 é de R\$ 5.144 (R\$ 5.473 em 31/12/2011), com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% a.a. e término em maio/2022.

c. Finame: investimentos no sistema de transmissão, distribuição e comercialização contratados substancialmente nas controladas CELPA, CEMAT, ENERSUL, nos montantes de R\$ 4.356, R\$ 690 e R\$ 1.683, respectivamente em 30/6/2012 (R\$ 5.502, R\$ 1.452 e R\$ 1.871, respectivamente em 31/12/2011), com taxa média ponderada de 4,57% a.a., mais a variação da TJLP, e a forma de amortização é mensal e com vencimento da última parcela ocorrendo em outubro/2014 e ENERSUL, no montante de R\$ 2.140 com taxa de 11,7% a.a., mais a variação da TJLP, e taxa pré de 8% a.a. com amortização mensal e vencimento da última parcela ocorrendo em setembro/2016.

d. Recompra de ações PN “R”: a controlada Tangará firmou com a ELETROBRÁS acordo de acionistas que estabelece as condições de resgate de 30.000.000 de ações PN Resgatáveis subscritas pela Eletrobrás. O resgate será efetuado em 32 parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira em 31/3/2005 e a última em 31/12/2012. Os encargos financeiros são de variação do IGPM mais juros fixos de 12% a.a.

e. Capital de giro: operações de capital de giro contratadas com taxas pré-fixadas e indexadas a CDI, IPCA e TJLP, com vencimento da última parcela ocorrendo em setembro/2018.

- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 18,88% a.a..
- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 4,24% a.a..
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 10,88% a.a..
- Operações indexadas a TJLP com taxa média ponderada de 6% a.a..

Dentro destas operações existem contratos com taxa de juros efetiva de 2,55%, 3,11%, 3,96%, 4,42%, 5,48% e 7,5% a.a., que contemplam os custos de transação, que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Grande parte desses custos de transação referem-se as controladas CELPA (R\$ 2.242), CEMAT (R\$ 6.117), CELTINS (R\$ 2.246) e ENERSUL (R\$ 12.403). Durante o 1º semestre de 2012 foram amortizados R\$ 5.431 (R\$ 3.696 no 1º semestre de 2011).

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	30/6/2012	31/12/2011
2012	4.964	10.395
2013	7.982	7.982
2014	5.472	5.472
2015	3.142	3.142
2016	1.540	1.540
2017	826	826
2018	216	216
Total	24.142	29.573

f. Investimentos

A controlada CEMAT firmou contratos de empréstimo cujos recursos destinam-se para investimentos conforme abaixo:

- contrato, empréstimo ponte com o Bradesco, assinado em julho/2007, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-rogadas com recursos da CCC por meio da Resolução nº 906, de 2/5/2007, com taxas de juros de 2% a.a. mais a variação de CDI, com pagamentos de juros ocorrendo em abril, agosto e outubro de 2008, e amortização das parcelas de principal mais encargos em 42 meses, vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em junho/2012;
- contrato, empréstimo ponte com o Banco Santander, assinado em março/2008, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-rogadas com recursos da CCC por meio da Resolução nº 897 de 2/5/2007, com taxas de juros de 1,55% a.a. mais a variação de CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 48 meses, vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em dezembro/2012;
- contrato, empréstimo ponte com o ITAÚ BBA, assinado em dezembro/2008 e março/2009, com a finalidade de interligação da região de Juruena ao Sistema Interligado Nacional - SIN, com taxas de juros de 4,3% a.a. mais a variação de CDI, com pagamento único para quitação em junho/2010, no valor R\$ 40.000. Por meio de aditivos, a taxa passou a ser de 4,9% a.a. mais a variação de CDI e pagamentos mensais a partir de junho/2011 com vencimento da última parcela e junho/2016;
- contrato, empréstimo ponte com o Banco Fibra, assinado em agosto/2010, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-

rogadas com recursos da CCC por meio da Resolução nº 1.877, de 7/4/2009 com taxas de juros de 4,43% a.a. mais a variação do CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 45 meses vencendo a primeira em dezembro/2011 e a última em agosto/2015.

A controlada ENERSUL firmou contratos de empréstimo cujos recursos destinam-se para investimentos conforme abaixo:

- Contrato para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, por meio do Banco do Brasil, sendo liberado R\$ 30.000, a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, com juros de 11,2% ao ano e término em novembro de 2013, com garantias em aval da controladora e interveniência bancária.
- Contrato de financiamentos para aquisição de veículos no valor de R\$ 1.968 a ser amortizado em 36 parcelas mensais iguais e consecutivas, com juros que variam de 11,88% a 17,18% ao ano Pré Fixados, e término do ultimo contrato em 26/06/2015, garantidos por aval.

Moeda estrangeira:

a. BID: controlada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT - saldo devedor em 30/6/2012 de R\$ 84.999 (R\$ 104.826 em 31/12/2011). Em junho/2006, tomou empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Entre os anos de 2006 a 2008 foram liberados US\$ 114.500 dos recursos dos empréstimos aprovados. Do total liberado, US\$ 75.000 são provenientes de recursos próprios do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”) e US\$ 39.500 são provenientes de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento terá o prazo total de nove anos para liquidação, sendo três anos de carência e mais seis para amortização do principal. A parte “B” terá o prazo total de seis anos para liquidação, sendo três anos de carência e mais três anos para amortização. As amortizações tanto do principal quanto dos encargos serão trimestrais. O custo da parte “A” é de Libor acrescida de spread de 4,3% a.a. e a parte “B” de Libor acrescida de *spread* de 3,9% a.a. mais variação cambial. O principal da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 23).

b. BID: controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA - saldo devedor em 30/6/2012 de R\$ 89.877 (R\$ 111.283 em 31/12/2011). Em junho/2006, assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empréstimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75.000 provenientes de recursos próprios do BID (denominados como “A Loan”, ou parte “A”) e US\$ 60.000 de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento terá o prazo total de 9 anos para liquidação, sendo 3 anos de carência e mais 6 para amortização do principal. A parte “B” terá o prazo total de 6 anos para liquidação, sendo 3 anos de carência e mais 3 anos para amortização. As amortizações serão pagas trimestralmente e durante o período de carência ocorrerão pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte “A” é de Libor acrescida de *spread* de 3,87% a.a. e a parte “B” de Libor acrescida de *spread* de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira liberação da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 23).

c. BID: controlada Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS - saldo devedor em 30/6/2012 de R\$ 109.531 (R\$ 110.199 em 31/12/2011). Em abril/2007, toma empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, sendo liberados US\$ 80.000 dos recursos dos empréstimos aprovados. Do total liberado, US\$ 60.000 são provenientes de recursos próprios do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”) e US\$ 20.000 são provenientes de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Société Générali e Banco Itaú Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento terá o prazo total 9 anos para liquidação, sendo 3 anos de carência e mais 6 para amortização do principal. A parte “B” terá o prazo total de 6 anos para liquidação, sendo 3 anos de carência e mais 3 anos para amortização. As amortizações tanto do principal quanto dos encargos

serão trimestrais. O custo da parte “A” é de Libor trimestral acrescida de spread de 3,7% a.a. e a parte “B” de Libor acrescida de spread de 3,3% a.a. mais variação cambial. Parcelas do principal foram protegidas contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 23).

d. Capital de Giro

• **BOND’s:** controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA - em junho/2011 foi emitido papel no mercado externo no montante de US\$ 250.000 com taxa de 10,5% a.a., com pagamentos dos juros semestrais e o principal com pagamento único em junho/2016. Os *BOND’s* são negociados na *Irish Stock Exchange* (Bolsa de Valores da Irlanda). Os recursos desta operação serão utilizados para pagamentos de operações de curto prazo e com custos mais altos. A utilização dos recursos, até o final de 30/6/2012, é a seguinte:

Valor liberado	395.987
Comissão de estruturação	(8.286)
Liquidação antecipadas de contratos	(224.882)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jun/2011	(28.037)
Antecipação de parcelas com vencimento em jul/2011	(13.191)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jul/2011	(42.389)
Pagamentos de parcelas com vencimento em ago/2011	(26.632)
Pagamentos de parcelas com vencimento em set/2011	(21.243)
Pagamentos de parcelas com vencimento em out/2011	(22.808)
Pagamentos de parcelas com vencimento em nov/2011	(8.519)
Saldo disponível	-

Esta operação possui uma taxa de juros efetiva de 10,92% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o 1º semestre de 2012 foram amortizados R\$ 845.

Os custos das transações a serem amortizados são:

Vencimento:	30/6/2012	31/12/2011
2012	833	1.678
2013	1.657	1.658
2014	1.657	1.657
2015	1.657	1.657
2016	700	700
Total	6.504	7.350

• **HSBC Bank Brasil S.A.:** controlada ENERSUL - contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmando em setembro/2011 no valor total de R\$ 80.000 a ser utilizado como capital de giro, a ser pago em 54 parcelas mensais, após carência de 6 meses, vencendo a última parcela em setembro/2016, operação contatada ao custo de 3,5% a.a. acima da variação do CDI, tendo como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

e. Tesouro Nacional: reestruturação de dívida externa, nas controladas CEMAT e CELPA e ENERSUL, como segue:

- CEMAT: acordos estruturados em 18/3/1998 e 22/9/1999, com taxas de juros pré que variam de 6,2% a 8,2% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortização é semestral.
- CELPA: acordo estruturado em 31/12/1997, com taxas de juros pré que variam de 6% a 8% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortização é semestral e final.
- ENERSUL: acordo estruturado em março/1997, com taxas de juros pré que variam de 6,2% a 8,2% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortização é semestral.

Estas reestruturações tem garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida. O depósito em caução é atualizado mediante aplicação da média ponderada das variações dos preços dos “Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América” (“US\$ Treasury Zero Coupon Bond”), cujo saldo em 30/6/2012 era de R\$ 70.134 (R\$ 60.727 em 31/12/2011).

20.4. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas controladores e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

20.5. Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Custo de transação	Companhia	
				30/6/2012	31/12/2011
2013	43.605	-	(136)	43.469	115.304
2014	33.261	-	(111)	33.150	50.617
2015	22.922	-	-	22.922	24.782
2016	3.820	-	-	3.820	18.587
Bônus perpétuo	-	1.003.770	-	1.003.770	931.515
Subtotal	103.608	1.003.770	(247)	1.107.131	1.140.805
Marcação a mercado	-	(562.111)	-	(562.111)	(158.358)
Total	103.608	441.659	(247)	545.020	982.447

					Consolidado	
Vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Custo de transação	Cauções	30/6/2012	31/12/2011
2013	432.786	27.383	(4.548)	-	455.621	766.223
2014	493.844	54.185	(7.129)	-	540.900	518.510
2015	346.548	40.243	(4.799)	-	381.992	366.193
2016	238.903	13.037	(2.240)	-	249.700	257.384
2017	174.765	-	(826)	-	173.939	173.300
2018	147.732	-	(215)	-	147.517	147.528
2019	71.115	-	-	-	71.115	71.116
2020	42.911	-	-	-	42.911	42.941
2021	33.702	-	-	-	33.702	33.703
2022	19.643	-	-	-	19.643	18.881
2023	15.012	-	-	-	15.012	15.012
2024	4.963	90.060	-	(70.134)	24.889	27.562
Bônus perpétuo	-	1.003.770	-	-	1.003.770	931.515
Subtotal	2.021.924	1.228.678	(19.757)	(70.134)	3.160.711	3.369.868
Marcação a mercado	-	(562.111)	-	-	(562.111)	(158.358)
	2.021.924	666.567	(19.757)	(70.134)	2.598.600	3.211.510

20.6. Movimentação

					Companhia
		Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	528.493	209.290	-	773.157	1.510.940
Ingressos	49.933	16.379	-	-	66.312
Encargos	44.157	-	50.177	-	94.334
Variação monetária e cambial	(864)	883	2.412	72.255	74.686
Transferências	123.376	(123.376)	-	-	-
Pagamentos de principal	(165.986)	-	-	-	(165.986)
Pagamentos de juros	(29.998)	-	(25.292)	-	(55.290)
Marcação a mercado	-	-	-	(403.753)	(403.753)
Transferência de custo de transação	(185)	185	-	-	-
Apropriação de custo de transação	291	-	-	-	291
Saldo em 30/6/2012	549.217	103.361	27.297	441.659	1.121.534

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31/12/2011	2.011.391	2.267.370	680.340	944.140	5.903.241
Ingressos	247.088	79.013	-	-	326.101
Encargos	190.394	-	69.416	-	259.810
Variação monetária e cambial	(1.615)	1.646	32.345	88.560	120.936
Transferências	345.282	(345.282)	28.778	(28.778)	-
Pagamentos de principal	(588.823)	-	(67.064)	-	(655.887)
Pagamentos de juros	(181.573)	-	(38.238)	-	(219.811)
Marcação a mercado	-	-	-	(403.753)	(403.753)
Custo de transação	-	-	-	-	-
Transferência de custo de transação	(4.267)	4.267	(824)	824	-
Apropriação de custo de transação	5.431	-	844	-	6.275
Atualizações cauções	-	-	-	(9.407)	(9.407)
Saldo em 30/6/2012	2.023.308	2.007.014	705.597	591.586	5.327.505

21. FINANCIAMENTO POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO

21.1. Composição

	Consolidado			
	30/6/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
Arrendamento mercantil	17.350	6.290	21.030	12.816
Total moeda nacional	17.350	6.290	21.030	12.816
Moeda estrangeira:				
Arrendamento mercantil	3.179	32.751	3.268	31.479
Subtotal	3.179	32.751	3.268	31.479
Cauções	-	(7.206)	-	(6.687)
Total moeda estrangeira	3.179	25.545	3.268	24.792
Total geral	20.529	31.835	24.298	37.608
Principal	20.373	31.835	24.043	37.608
Encargos	156	-	255	-

21.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador

	Consolidado			
	30/6/2012	%	31/12/2011	%
Moeda nacional:				
CDI	23.049	97,50	32.301	95,44
PRÉ-FIXADO	591	2,50	1.545	4,56
Total moeda nacional	23.640	100,00	33.846	100,00
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
LIBOR	1.653	4,60	1.770	5,09
PRÉ-FIXADO	34.277	95,40	32.977	94,91
Subtotal	35.930	100,00	34.747	100,00
Cauções	(7.206)		(6.687)	
Total moeda estrangeira	28.724		28.060	
Total	52.364		61.906	

21.3. Detalhamento dos arrendamentos financeiros

a. Arrendamento mercantil moeda nacional: contratos com taxa média ponderada de 3,08% a.a. acrescido de CDI e taxa pré com média ponderada de 13,24% a.a., amortização mensal e vencimento da última parcela em abril/2015. A dívida total dos contratos de arrendamento mercantil em 30/6/2012 é de R\$ 23.640 (R\$ 33.846 em 31/12/2011) e seu valor corresponde ao valor presente nesta data.

b. Arrendamento mercantil moeda estrangeira: contrato efetuado pela controlada CEMAT de arrendamento mercantil de aeronaves sendo uma com custo de Libor trimestral acrescido de 3,5% a.a. e a outra com taxa pré de 6,75% a.a. ambas acrescida da variação cambial, com amortizações trimestrais de principal e juros, sendo que a data do último vencimento será em setembro/2020, com garantia de depósito caução de parte da dívida cujo saldo em 30/6/2012 era de R\$ 7.206 (R\$ 6.687 em 31/12/2011). A dívida total dos arrendamentos mercantis em 30/6/2012 é de R\$ 28.724 (R\$ 28.060 em 31/12/2011) e seu valor corresponde ao valor presente nesta data.

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Cauções	Consolidado	
				30/6/2012	31/12/2011
2012	10.761	1.565	-	12.326	24.298
2013	11.661	3.440	-	15.101	15.052
2014	1.193	2.924	-	4.117	3.897
2015	25	3.126	-	3.151	2.901
2016	-	3.343	-	3.343	3.102
2017	-	3.574	-	3.574	3.317
2018	-	3.822	-	3.822	3.547
2019	-	4.086	-	4.086	3.792
2020	-	10.050	(7.206)	2.844	2.000
Total	23.640	35.930	(7.206)	52.364	61.906

21.4. Movimentação

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	21.030	12.816	3.268	24.792	61.906
Ingressos	-	200	-	-	200
Encargos	1.643	-	1.131	-	2.774
Variação monetária e cambial	128	(9)	283	2.400	2.802
Transferências	6.717	(6.717)	1.127	(1.127)	-
Pagamentos de principal	(11.533)	-	(1.449)	-	(12.982)
Pagamentos de juros	(635)	-	(1.181)	-	(1.816)
Atualização cauções	-	-	-	(520)	(520)
Saldo em 30/6/2012	17.350	6.290	3.179	25.545	52.364

21.5. Arrendamentos mercantis operacionais

No 1º semestre de 2012 as Controladas pagaram um montante de R\$ 13.173 (R\$ 13.840 no 1º semestre 2011) referente a arrendamentos mercantis operacionais, reconhecidos como despesa do exercício nas rubricas “Outros Custos de Operações” e “Despesas Gerais e Administrativas”. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011
Até 1 ano	22.994	8.459
de 1 a 5 anos	13.999	14.368
mais de 5 anos	6.846	7.769
Total	43.839	30.596

22. DEBÊNTURES

22.1. Composição

	Companhia			
	30/6/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
4ª Emissão	24.563	370.000	124.337	246.667
Subtotal	24.563	370.000	124.337	246.667
(-) Custo de transação	(513)	(940)	(650)	(587)
Total	24.050	369.060	123.687	246.080
Principal	-	370.000	123.333	246.667
Encargos	24.050	(940)	354	(587)

	Consolidado			
	30/6/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
2ª Emissão	99.247	69.306	92.009	109.882
3ª Emissão	25.164	61.705	22.696	72.593
4ª Emissão	24.933	465.652	140.795	330.726
Subtotal	149.344	596.663	255.500	513.201
(-) Custo de transação	(1.941)	(5.343)	(2.700)	(5.049)
Total	147.403	591.320	252.800	508.152
Principal	115.899	596.663	243.185	513.201
Encargos	31.504	(5.343)	9.615	(5.049)

22.2. Composição do saldo devedor por moeda/indexador

	Companhia			
	30/6/2012	(%)	31/12/2011	(%)
Moeda nacional:				
CDI	394.563	100,00	371.004	100,00
Subtotal	394.563	100,00	371.004	100,00
Custo da transação	(1.453)		(1.237)	
Total	393.110		369.767	

	Consolidado			
	30/6/2012	(%)	31/12/2011	(%)
Moeda nacional:				
CDI	635.909	85,24	633.857	82,46
IPCA	110.098	14,76	134.844	17,54
Total	746.007	100,00	768.701	100,00
Custo da transação	(7.284)		(7.749)	
	738.723		760.952	

22.3. Detalhamento das debêntures

Consolidado:

a. Rede Energia

Distribuição pública de 370.000 (trezentas e setenta mil) debêntures simples da 4ª emissão, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária com garantia fidejussória, em série única, de emissão da Rede Energia S.A. com valor nominal de R\$ 1 perfazendo o montante de R\$ 370.000. A emissão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 23/10/2009 e a oferta foi registrada na CVM em 22/12/2009, sob o nº CVM/SER/DEB/2009/025.

A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,4% a.a., e o pagamento será feito semestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em junho/2010 e o último pagamento em dezembro/2014.

A amortização das debêntures será realizada em 6 (seis) parcelas semestrais iguais no valor de R\$ 61.666, sendo que o primeiro vencimento ocorrerá em junho/2012 e o último em dezembro/2014.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 5/6/2012 foi aprovado a celebração do segundo aditamento à Escritura de Emissão alterando a data de vencimento das Debêntures para 23/6/2016. A amortização das debêntures será realizada em 6 (seis) parcelas semestrais iguais no valor de R\$ 61.666, sendo que o primeiro vencimento ocorrerá em dezembro/2013 e o último em junho/2016.

Esta operação tinha uma taxa efetiva de 3,697% a.a em função dos custos de transação pagos antecipadamente e apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 556/2008. Em virtude da alteração do vencimento a taxa efetiva desta operação passou a ser de 3,56%. Durante o 1º semestre de 2012 foram amortizados R\$ 216 (R\$ 353 no 1º semestre de 2011).

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	30/6/2012	31/12/2011
2012	257	650
2013	529	414
2014	401	173
2015	222	-
2016	44	-
Total	1.453	1.237

b. CEMAT

• **2ª emissão:** Em 22/4/2010 em Assembleia Geral Extraordinária, a controlada deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 2ª emissão, não conversíveis em ações, em 13 séries totalizando R\$ 250.000. A emissão foi composta de 250 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 1.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6º da referida Instrução).

O prazo de vencimento das debêntures é de 4 anos. A primeira série (série CDI) tem carência de pagamento de principal pelos primeiros seis meses e será liquidada a partir de então em 42 prestações mensais. As debêntures da segunda à décima terceira séries (séries IPCA) terão pagamentos nas suas respectivas datas de aniversário (a primeira delas, portanto, terá o seu primeiro pagamento no décimo segundo mês e assim sucessivamente para as demais séries) totalizando também 48 meses a partir da data de emissão, definida como 15/4/2010.

A remuneração das debêntures da 1ª série é de CDI mais 2,75% a.a. e das demais séries são de IPCA mais 9,15% a.a..

Em função da imaterialidade das despesas incorridas para emissão das Debêntures e pagas antecipadamente, as taxas efetivas se equiparam as taxas contratadas. Estas despesas já foram reconhecidas em sua totalidade no resultado da Companhia não tendo, portanto nenhum valor a ser apropriado.

A amortização do principal, para a 1ª série, será mensal a partir do 7º mês da data de emissão. A primeira amortização do principal para as demais séries sucedem-se do 12º ao 23º meses a partir da

data de emissão, repetindo-se assim sucessivamente para as demais séries IPCA. A amortização dos juros para a 1ª série será mensal a partir da data de emissão e as demais séries anualmente na mesma data da amortização do principal.

• **3ª emissão:** Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 31/3/2011, a Controlada deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 3ª emissão, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$ 98.000. A emissão foi composta de 98 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 1.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6º da referida Instrução).

O prazo de vencimento é de 5 anos. O valor nominal de cada uma das debêntures será pago em 54 parcelas mensais e sucessivas. As primeiras 53 parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,8518% do valor nominal, têm a primeira parcela devida em 7/11/2011, com seis meses de carência, e a última em 7/3/2016. A 54ª parcela corresponde ao saldo devedor do valor nominal e será devida na data de vencimento das debêntures, ou seja, 7/4/2016.

O valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado. A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,9% a.a. e será paga mensalmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento de encargos financeiros em 7/5/2011 e o último na data de vencimento.

Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de 4,83% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o 1º semestre de 2012 foram amortizados R\$ 571.

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	30/6/2012	31/12/2011
2012	506	1.077
2013	792	792
2014	519	519
2015	295	295
2016	50	50
Total	2.162	2.733

Os recursos obtidos por meio destas emissões serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da controlada.

• **4ª emissão:** Em 5/10/2011 em Assembleia Geral Extraordinária, a Controlada deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 4ª emissão, não conversíveis em ações, em série única no montante total de no mínimo R\$ 50.000 e máximo R\$ 100.000. A emissão será composta de no mínimo 500 e no máximo 1.000 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 100.

Em 19/10/2011 foram emitidas 1.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo um total de R\$ 100.000.

O prazo de vencimento das debêntures é de 6 anos a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto em 19/10/2017. O pagamento será em 69 parcelas mensais e sucessivas, no dia 19 de cada mês, sendo as primeiras 68 parcelas no valor correspondente a 1,4492% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 1ª parcela em 19/2/2012 e a 69ª parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures devida na data do vencimento, ou seja, em 19/10/2017.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 4 sessões, em 7/5/2012; 8/5/2012; 11/5/2012 e 14/5/2012 foi aprovado a celebração do segundo e terceiro aditamentos à Escritura de Emissão alterando o prazo e data de vencimento das Debêntures. O pagamento será em 122 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto em 19/12/2021, em 99 parcelas mensais e sucessivas, no dia 19 de cada mês, sendo as primeiras 3 parcelas no valor correspondente a 1,4492% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 1ª parcela em 19/2/2012 e a última em 19/4/2012; as 95 parcelas subseqüente no valor correspondente a 0,9826% do valor nominal de cada uma das debêntures com vencimento da 4ª parcela em 19/1/2014 e da 98ª parcela em 19/11/2021 e a 99ª parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures devida na data do vencimento, ou seja, em 19/12/2021.

A remuneração das debêntures é de 100% do CDI mais 3,75% a.a. e será paga mensalmente, a partir da data de emissão, no dia 19 de cada mês.

Esta operação tinha uma taxa de juros efetiva inicial de 5,54% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Em virtude da alteração do vencimento e número de parcelas a taxa efetiva desta operação passou a ser de 4,89%. No 1º semestre de 2012 foram amortizados R\$ 111.

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	30/6/2012	31/12/2011
2012	241	973
2013	545	1.007
2014	572	768
2015	525	574
2016	478	356
2017	418	101
2018	353	-
2019	278	-
2020	183	-
2021	75	-
Total	3.668	3.779

Os recursos obtidos por meio desta emissão serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da Companhia.

22.4. Vencimento das parcelas do longo prazo (principal e encargos)

		Companhia	
Vencimento:	Moeda nacional	Custo de transação	
		30/6/2012	31/12/2011
2013	61.667	(273)	61.394
2014	123.333	(401)	122.932
2015	123.333	(222)	123.111
2016	61.667	(44)	61.623
Total	370.000	(940)	369.060

		Consolidado	
Vencimento:	Moeda nacional	Custo de transação	
		30/6/2012	31/12/2011
2013	113.801	(928)	112.873
2014	184.962	(1.493)	183.469
2015	156.901	(1.042)	155.859
2016	80.720	(572)	80.148
2017	11.792	(418)	11.374
2018	11.791	(353)	11.438
2019	11.791	(278)	11.513
2020	11.791	(184)	11.607
2021	13.114	(75)	13.039
Total	596.663	(5.343)	591.320

22.5. Movimentação

		Companhia	
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	123.687	246.080	369.767
Encargos	23.559	-	23.559
Transferência	(123.333)	123.333	-
Transferência de custo de transação	353	(353)	-
Amortização de custo de transação	(216)	-	(216)
Saldo em 30/6/2012	24.050	369.060	393.110

		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	252.800	508.152	760.952
Encargos	43.809	-	43.809
Variação monetária	4.345	(1.791)	2.554
Transferência	(85.253)	85.253	-
Pagamentos de principal	(45.814)	-	(45.814)
Pagamentos de juros	(23.243)	-	(23.243)
Transferência de custo de transação	294	(294)	-
Amortização de custo de transação	465	-	465
Saldo em 30/6/2012	147.403	591.320	738.723

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia e suas Controladas ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão, em sua maioria diretamente com instituições financeiras de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia e de suas Controladas não possuem verificadores nem chamada de margens.

a. Valor de mercado

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor justo. Na rubrica de consumidores (vide nota explicativa nº 7) foi apurado uma perda estimada no valor recuperável, assim, o valor recuperável pode ser considerado uma estimativa de seu valor justo. Os ativos financeiros – bens da concessão (vide nota explicativa nº 16.1) representa os investimentos não depreciados, assim a Companhia estima que o valor justo dos mesmos é próximo ao valor contábil. As operações com partes relacionadas estão a valor justo.

Os empréstimos e financiamentos, apresentados no quadro a seguir, incluem os valores de capital de giro em reais (CDI, IPCA, TJLP, TR e pré), BNDES (URTJPL e Pré), BID, Bônus Perpétuo e Capital de Giro em moeda estrangeira (*bonds*), conforme demonstrados na nota explicativa nº 20.1. Na opinião da Administração os empréstimos, financiamentos e debêntures, os quais estão mensurados pelo custo amortizados, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. Esses empréstimos e financiamentos estão atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das Demonstrações Financeiras, portanto o saldo devedor está reconhecido por um montante próximo ao seu valor justo. Como não existe mercado ativo para tais instrumentos, as diferenças que poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente são muito baixas.

Em função da recuperação judicial da controlada CELPA (vide nota explicativa nº 1), os empréstimos e financiamentos e operações com swap apresentados no quadro a seguir relativos a esta controlada não estão mensurados a valor justo.

			Consolidado			
			30/6/2012		31/12/2011	
	Nota	Categoria	Contábil	Valor de mercado	Contábil	Valor de mercado
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	6	Valor justo por meio de resultado	445.886	445.886	686.083	686.083
Consumidores	7	Empréstimos e recebíveis	2.092.853	2.092.853	2.047.931	2.047.931
Títulos a receber	-	Empréstimos e recebíveis	117.383	117.383	121.546	121.546
Partes relacionadas	13	Empréstimos e recebíveis	504.732	504.732	490.811	490.811
Sub-rogação CCC	11	Empréstimos e recebíveis	294.096	294.096	292.820	292.820
Ativo financeiro - bens da concessão	16	Empréstimos e recebíveis	1.995.959	1.995.959	1.895.364	1.895.364
Operações de swap	23	Valor justo por meio de resultado	2.472	2.472	-	-
Operações de opções	23	Valor justo por meio de resultado	1.649	1.649	7.662	7.662
Operações a termo	23	Valor justo por meio de resultado	5.429	5.429	-	-
Passivos Financeiros						
Fornecedores	17	Mensurado pelo custo amortizado	1.367.369	1.367.369	823.548	823.548
Empréstimos e financiamentos	20	Mensurado pelo custo amortizado	4.885.846	4.885.846	5.130.084	5.130.436
Bônus perpétuo	20	Valor justo por meio de resultado	441.659	441.659	773.157	773.157
Financiamento por arrendamento financeiro	21	Mensurado pelo custo amortizado	52.364	52.364	61.906	61.906
Debêntures	22	Mensurado pelo custo amortizado	738.723	738.723	760.952	760.952
Partes relacionadas	13	Mensurado pelo custo amortizado	172.299	172.299	177.537	177.537
Operações de swap	23	Valor justo por meio de resultado	202.528	202.528	208.349	208.349
Operações de opções	23	Valor justo por meio de resultado	-	-	6.150	6.150

Hierarquia do valor justo:

	Companhia					
	30/6/2012			31/12/2011		
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Valor contábil	Nível 1	Nível 2
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	54.268	1.713	52.555	77.971	924	77.047
Instrumentos financeiros derivativos	5.429	-	5.429	7.662	-	7.662
Passivos						
Bônus perpétuos	441.659	441.659	-	773.157	773.157	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	6.150	-	6.150

A Companhia e suas Controladas não possuem nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo nível 3.

b. Política de utilização de instrumentos derivativos

A Companhia e suas Controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas, por intermédio das superintendências financeiras de acordo com a estratégia previamente aprovada pelos gestores da Companhia e de suas Controladas.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros com derivativos embutidos.

c. Obrigações expostas a variação cambial

Por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados pela Companhia e suas Controladas CEMAT, CELPA e CELTINS, instrumentos financeiros derivativos, contratos de *swap*, opções e a termo, objetivando mitigar significativamente os riscos de eventuais perdas financeiras nos empréstimos: BID e Juros sobre Bônus Perpétuos e Capital de Giro.

d. Composição dos saldos de swap registrados em contas patrimoniais

				Consolidado	
				Valor justo	
Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento	Valor nocional 2012	30/6/2012	31/12/2011
Swap BID					
Banco Société Générale		Fev/2012	8.816	(14.657)	(13.502)
Ponta ativa	USD + 0%	a Mai/2012		3.497	12.580
Ponta passiva	IGPM + 4,88%			12.546	26.082
Saldos pendentes a pagar (b)				5.608	-
Banco Itaú BBA S.A.		Fev/2012	33.625	(39.753)	(39.332)
Ponta ativa	USD + 0%	a Mai/2015		22.334	38.273
Ponta passiva	IGPM + 4,41%			57.784	77.605
Saldos pendentes a pagar (b)				4.303	-
Itaú Unibanco S.A.		Fev/2012	49.315	(50.374)	(46.367)
Ponta ativa	USD + 0%	a Mai/2015		39.938	45.266
Ponta passiva	IGPM + 4,60%			90.006	91.633
Saldos pendentes a pagar (b)				306	-
JP Morgan S.A.		Fev/2012	37.556	(46.789)	(39.093)
Ponta ativa	USD + 0%	a Mai/2015		34.230	38.801
Ponta passiva	IGPM + 4,49%			77.311	77.894
Saldos pendentes a pagar (b)				3.708	-
Total BID				(151.573)	(138.294)
Swap Unit Notes					
Itaú Unibanco S.A.				(17.579)	(36.856)
Ponta ativa				-	31.360
Ponta passiva				-	68.216
Saldos pendentes a pagar (b)				17.579	-
Merrill Lynch				(31.753)	(31.294)
Ponta ativa				-	31.360
Ponta passiva				-	62.654
Saldos pendentes a pagar (b)				31.753	-
Total Unit Notes				(49.332)	(68.150)
Swap capital de giro					
Banco ABC S.A.				-	(46)
Ponta ativa				-	7.579
Ponta passiva				-	7.625
HSBC Bank Brasil S.A.		Jul/2012	75.556	2.472	(524)
Ponta ativa	CDI + 3,51%	a Set/2016		82.336	110.802
Ponta passiva	132,00% do CDI + Var TJLP			79.864	111.326
Banco Pine S.A.		Jul/2012	7.619	(1.623)	(1.335)
Ponta ativa	CDI + 4,50%	a Fev/2015		8.103	9.720
Ponta passiva	IGPM + 17,60%			9.726	11.055
Total capital de giro				849	(1.905)
TOTAL GERAL				(200.056)	(208.349)
Ativo circulante				2.472	-
Passivo circulante				(119.351)	(127.538)
Passivo não circulante				(83.177)	(80.811)

Obs.: Os valores das operações com swap registradas nas contas patrimoniais da controlada CELPA estão atualizadas até 29/2/2012 em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1), sendo assim não consideramos taxa de vencimento

(a) Para mais informações sobre as dívidas em questão, vide nota explicativa nº 20.

(b) Os contratos de derivativos com vencimento em fevereiro/2012 e maio/2012 da Controlada CEMAT, no montante de R\$ 31.504 não estão atualizadas com multa e juros, pois a Administração está negociando com as respectivas instituições financeiras. Os contratos de derivativos com vencimento em 15/2/2012 da Controlada CELPA, no montante de R\$ 31.753, estavam em aberto na data do pedido da recuperação judicial.

Vencimento das parcelas do não circulante:

Vencimento:	30/6/2012	31/12/2011
2013	22.104	32.069
2014	40.117	32.310
2015	20.956	16.432
Total	83.177	80.811

Movimentação das contas patrimoniais de operações com swap:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	(127.538)	(80.811)	(208.349)
Atualização	(12.278)	(2.780)	(15.058)
Transferências	(12.177)	12.177	-
Pagamentos	35.773	-	35.773
Ajuste marcação a mercado	(659)	(11.763)	(12.422)
Saldo em 30/6/2012	(116.879)	(83.177)	(200.056)

Resultado com derivativos

O resultado efetivo decorrente de operações de instrumentos financeiros derivativos é apresentado na nota explicativa nº 35 "Resultado Financeiro".

e. Composição dos saldos de Opções registrados em contas patrimoniais

				Consolidado	
				Valor justo	
Objetivo de proteção parcial de valorização do US\$	Cotação US\$	Vencimento	Valor nocional	30/6/2012	31/12/2011
Opções juros bônus perpétuos					
HSBC Bank Brasil S.A.				-	1.111
Ponta ativa - Opção de compra				-	3.549
Ponta passiva - Opção de venda				-	-
Ponta passiva - Opção de compra				-	2.438
HSBC Bank Brasil S.A.				-	401
Ponta ativa - Opção de compra				-	4.113
Ponta passiva - Opção de venda				-	1
Ponta passiva - Opção de compra				-	3.711
Total juros bônus perpétuos				-	1.512
Opções BID					
HSBC Bank Brasil S.A.					
Ponta ativa - Opção de compra	2,0364 a 2.1663		20.023	1.514	-
Total BID				1.514	-
Total				1.514	1.512
Ativo circulante				1.514	7.662
Passivo circulante				-	(6.150)

Movimentação das contas patrimoniais de Operações com Opções:

	Companhia		
	Ativo circulante	Passivo circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	7.662	(6.150)	1.512
Pagamentos	-	4.805	4.805
Recebimentos	(6.331)	-	(6.331)
Atualização	4.397	(2.871)	1.526
Ajuste marcação a mercado	(5.728)	4.216	(1.512)
Saldo em 30/6/2012	-	-	-

	Consolidado		
	Ativo circulante	Passivo circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	7.662	(6.150)	1.512
Pagamentos	1.712	4.805	6.517
Recebimentos	(6.331)	-	(6.331)
Atualização	4.397	(2.871)	1.526
Ajuste marcação a mercado	(5.926)	4.216	(1.710)
Saldo em 30/6/2012	1.514	-	1.514

f. Composição dos saldos de Operações a Termo registrados em contas patrimoniais

Companhia e Consolidado				
				Valor justo
Objetivo de proteção parcial de valorização do US\$	Cotação US\$	Vencimento	Valor Nocial	30/6/2012
Operações a Termo juros bônus perpétuo				
HSBC Bank Brasil S.A.				
NDF	1,8155	jul/12	13.812	2.842
NDF	1,8525	out/12	13.812	2.587
Total juros bônus perpétuos				5.429
Ativo circulante				5.429

g. Valor justo dos instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos derivativos de *swap*, opções e contrato a termo (NDF). Para a apuração do valor justo do *swap*, foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. A metodologia utilizada para o cálculo do valor justo do *swap*, baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Para o valor justo das opções e contrato a termo foi utilizado o modelo de precificação *Black-Sholes*. A mensuração é considerada nível 2 na hierarquia do valor justo.

h. Exposição cambial sem contratação de instrumentos financeiros derivativos

Tesouro Nacional: Os administradores da Companhia e suas Controladas não contrataram instrumentos financeiros derivativos por possuírem garantias do principal da dívida em forma de caução em dinheiro (US\$) (vide nota explicativa nº 20). Esta garantia destina-se exclusivamente a liquidação do principal da dívida com vencimento em abril/2024, não se permitindo o ressarcimento de tais garantias em amortizações antecipadas.

Capital de Giro – BOND’S: O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 13/6/2011, adiou a decisão de contratação ou não de mecanismos de proteção cambial (contratação de *hedge*) para esta operação, até que fosse integralmente internado o valor da emissão, bem como, até que a Diretoria Executiva da Companhia apresentasse estudos e análises de propostas em reunião que se realizaria no prazo máximo de 60 dias contados daquela data. Em reunião realizada no dia 8/11/2011 o Conselho de Administração, face a instabilidade e volatilidade do mercado financeiro naquele momento, deliberou pela não contratação de mecanismos de proteção cambial e estabeleceu que o assunto poderá ser recanalizado a qualquer tempo a pedido dos Conselheiros.

Arrendamento Mercantil: Corresponde a 2 contratos de arrendamento mercantil de aeronaves que estão expostos a variação do dólar com garantias do principal da dívida em forma de caução em dinheiro (US\$) (vide nota explicativa nº 21).

Em razão do prazo e dos valores das parcelas, a Administração está acompanhando o mercado com o objetivo de verificar a necessidade de contratar *hedge* para esses contratos.

i. Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008 é apresentado a seguir o quadro da análise de sensibilidade de todas as posições de instrumentos derivativos abertos em 30/6/2012.

Os swaps da Companhia e de suas controladas, em sua maioria, celebram uma troca de fluxos de caixa, onde ela se compromete a pagar a variação do CDI ou IGP-M, recebendo a variação do dólar.

Como as operações de swap visam proteger dívidas vinculadas a moeda estrangeira, a ponta cambial não apresenta riscos significativos, pois eventuais alterações serão compensadas pela dívida subjacente. Logo, a variável que pode gerar prejuízos e que será sensibilizada é o CDI ou IGP-M, embora a liquidação, quando ocorrer, será pela diferença entre as pontas. Devido a natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável é utilizada as condições consideradas como prováveis pela Administração, estas foram definidas com base nas taxas divulgadas pela BM&FBovespa para cada vencimento, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor justo apresentado no item d.

Para as operações de *Zero Cost Strategy*, que visam a proteção parcial contra a desvalorização do dólar no pagamento das duas próximas parcelas de juros do Bônus Perpétuo, a Companhia definiu como cenário provável as condições atuais do taxa de dólar e, para o cenário possível e remoto, uma deterioração nas taxas do dólar de 25% e 50%, respectivamente.

Em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1) a controlada CELPA não incorpora no quadro da análise de sensibilidade as suas posições de instrumentos derivativos (swap) em aberto em 30/6/2012, tendo em vista que os mesmos se encontram atualizados até fevereiro de 2012.

		30/6/2012		
Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado	Risco	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Swap BID				
Banco Itaú BBA S.A.	IGPM + 4,43%	(723)	(1.021)	(1.319)
Itaú Unibanco S.A.	IGPM + 4,60%	(491)	(693)	(895)
J.P. Morgan	IGPM + 4,49%	(3.664)	(5.170)	(6.676)
Total BID		(4.878)	(6.884)	(8.890)
Swap capital giro				
HSBC Bank of Brasil S.A.	132% do CDI + Var TJLP	(639)	853	2.346
Total capital giro		(639)	853	2.346
Total geral		(5.517)	(6.031)	(6.544)

30/6/2012

Objetivo de proteção parcial de valorização US\$	Risco	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Opções BID				
HSBC Bank Brasil S.A.	Apreciação US\$	(1.514)	(24)	-
Total		(1.514)	(24)	-

23.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado por meio de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia e de suas Controladas

23.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas Controladas possuem procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

a. Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco da Companhia e suas Controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e de suas Controladas é o valor das contas a receber mencionadas anteriormente como consumidores (vide nota explicativa nº 7.1). O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda no valor recuperável (vide nota explicativa nº 7.2). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

b. Gerenciamento de risco de mercado

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas nos preços de mercado. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, consequentemente, contratação de *hedge*, em sua maioria junto à Instituições Financeiras de primeira linha.

As operações de *hedge* cambial estão atreladas, em sua maioria ao IGP-M. A Administração se utiliza desta estratégia de mitigação de risco de mercado devido ao IGP-M ser o índice de atualização da receita da Companhia e de suas Controladas.

Os principais riscos de mercado que podem afetar o resultado da Companhia e suas controladas é o risco de variação no dólar e nos indexadores da dívida.

As Controladas também apresentam risco cambial referente a compra de energia elétrica de Itaipu Binacional, pois os preços são em dólares. Todavia, a compra dessa energia faz parte da Parcela “A” que tem sua recuperação garantida. Assim, no caso de uma expressiva valorização cambial, o fluxo de caixa das Controladas poderão sofrer variações significativas.

O risco cambial advindo da exposição ao dólar está com saldo menor devido a não contratação de *hedge* para a operação de *BOND's* (vide nota explicativa nº 20).

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas nº 6, nº 20, nº 21 e nº 22.

Para os ativos e passivos financeiros foi fixado um período de um ano para verificação do impacto no resultado financeiro, sendo desconsiderado os pagamentos do período. Com relação aos derivativos, representados por *swaps* que visam proteger dívidas em moeda estrangeira, a ponta passiva foi sensibilizada no item “f - teste de sensibilidade”, enquanto a ponta ativa se encontra sensibilizada no quadro a seguir.

- **Risco cambial**

Exposição e análise de sensibilidade para operações denominadas em dólar:

	Consolidado			
	Exposição líquida	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros				
Recebíveis	77.340	3.530	23.747	43.965
Passivos Financeiros				
Mensurado pelo valor justo através do resultado	101.885	4.670	31.308	57.947
Mensurado pelo custo amortizado	(850.920)	(39.001)	(261.481)	(483.962)
Total	(671.695)	(30.801)	(206.426)	(382.050)

Para fins de exposição líquida para operações denominadas em dólar, bem como, para a realização da análise de sensibilidade, a Companhia e suas Controladas consideraram os instrumentos de proteção conjuntamente com os itens que geram exposição cambial.

O quadro acima não contempla os bônus perpétuos emitidos em dólares pela Companhia (vide nota explicativa nº 20.3) e as operações a termo (NDF) atreladas aos juros do Bônus Perpétuo. A mensuração do valor justo do Bônus Perpétuo é com base em sua cotação na data, convertida pela taxa de conversão do dólar, contudo não se pode quantificar sua exposição ao risco cambial. A exposição cambial, de maneira geral, é balanceada pela cotação do bônus, em outras palavras, a cotação dos títulos tende a ter correlação inversa à cotação do dólar. Quanto maior a cotação do dólar frente ao real, maior o risco de crédito próprio da Companhia, logo a cotação tende a cair. A cotação ainda esta sujeita a variações nas condições econômicas no Brasil e no exterior.

• Risco de indexadores

O risco de indexadores relativos aos empréstimos e financiamentos da controlada CELPA não estão contido no quadro abaixo uma vez que os mesmos foram atualizados até fevereiro/2012 em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1).

	Companhia		
	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
CDI	(428)	572	1.571
Passivos Financeiros			
TJLP	-	(2.007)	(4.015)
CDI	7.172	(9.585)	(26.341)
Total	6.744	(11.020)	(28.785)

	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
CDI	(1.444)	1.930	5.304
TR	-	30	60
Passivos Financeiros			
TJLP	-	(5.157)	(10.314)
CDI	24.697	(33.005)	(90.707)
IPCA	60	(2.103)	(4.267)
IGPM	(329)	(2.603)	(4.878)
Total	22.984	(40.908)	(104.802)

c. Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e de suas Controladas enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas Controladas monitoram o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Considerando que, com a exceção dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, os saldos que representam riscos de liquidez naquela data estavam todos classificados no curto prazo e que esses valores em virtude do segmento e fluxo financeiro da Companhia e suas Controladas não são significativos. A Administração abriu por faixa de vencimento somente as operações de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures que estão sendo apresentados nas notas explicativas nº 20.5, nº 21.3 e nº 22.4.

d. Gerenciamento de risco de pagamento antecipado

Condições Restritivas Financeiras (*covenants*): Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e de suas Controladas estão sujeitos a condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

A Administração acompanha tempestivamente esses indicadores, como forma de monitoramento e remediação com as instituições financeiras envolvidas, quando necessário.

Na controlada CELPA, em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1), estas condições estão suspensas.

Em 30/6/2012, os índices financeiros contratuais foram atendidos.

23.3. Gerenciamento de riscos relacionados às operações da Companhia e suas Controladas

Nossas receitas operacionais podem ser afetadas positivamente ou negativamente por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL e um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

A ANEEL utiliza, para controle de qualidade dos serviços prestados, os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). As Controladas adotam medidas visando o cumprimento desses indicadores, como a implementação de ações estruturais de logística do atendimento das regiões mais afastadas e planos de melhorias para as regiões metropolitanas. O descumprimento desses indicadores resultam em multas.

a. Gerenciamento de riscos de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

b. Gerenciamento de risco de compra de energia

A contratação de energia elétrica está atrelada à estudos e projeções de demanda de energia elétrica. Caso as Controladas da Companhia comprem energia além do necessário, estarão sujeitas a penalidades impostas pela ANEEL e ainda obrigadas a adquirir energia no mercado de curto prazo, cujo preço pode ser mais elevado que a tarifa média de compra regulada das distribuidoras, para atender à demanda dos consumidores. Caso as Controladas da Companhia comprem energia além do necessário, poderão não conseguir repassar integralmente às suas tarifas os custos advindos dessas contratações incorretas, se exceder em mais de 3% sua contratação de energia em relação ao mercado consumidor das Controladas da Companhia.

A Administração das Controladas da Companhia monitoram mensalmente os desvios entre a energia requerida e a contratada, a fim de mitigar o risco na operacionalização de compra de energia.

c. Risco de não renovação das concessões

As Controladas da Companhia possuem concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia e suas Controladas ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão, em sua maioria diretamente com instituições financeiras de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia e de suas Controladas não possuem verificadores nem chamada de margens, sendo liquidados integralmente no vencimento.

24. TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	80.686	31.479
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos - CFURH	347	304
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	68.621	25.219
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	196.755	92.363
Taxa de fiscalização - ANEEL	221	222
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	110.825	40.556
Outras	550	588
Total	458.005	190.731

25. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão das Controladas estabelece a obrigação em aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas estão definidas pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.897	2.193	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME	789	1.075	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	40.037	33.732	52.925	50.883
Programa de Eficiência Energética - PEE	87.613	70.197	85.250	82.581
Total	131.336	107.197	138.175	133.464

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/4/2006, nº 300, de 12/2/2008 e nº 316, de 13/5/2008, e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D, por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

26. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – TRABALHISTAS

	Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011
Provisões sobre folha de pagamento (13º salário e férias)	55.649	42.208
Provisão de impostos sobre folha de pagamento (13º salário e férias)	17.747	12.112
Total	73.396	54.320

27. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FISCAIS

	Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011
Imposto de renda	13.471	-
Contribuição social	4.846	-
Total	18.317	-

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Consolidado					
	30/6/2012			31/12/2011		
	Provisão			Provisão		
	No exercício	Saldo acumulado	Depósitos judiciais	No exercício	Saldo acumulado	Depósitos judiciais
Cíveis - Consumidores (a)	4.752	19.067	20.940	642	14.315	20.675
Trabalhistas (b)	2.975	64.996	78.953	31.921	62.021	66.847
Fiscais: (c)						
COFINS	-	-	3.149	-	-	3.149
PIS	-	45.662	46.048	-	45.662	46.047
Imposto de renda	-	-	5.086	-	-	4.522
Contribuição social	-	-	951	-	-	774
Previdência social	-	-	3.195	-	-	3.195
ICMS	-	-	6.407	-	-	6.183
Outros	50	240	642	1	190	895
Subtotal	50	45.902	65.478	1	45.852	64.765
Total	7.777	129.965	165.371	32.564	122.188	152.287

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2011	14.315	62.021	45.852	122.188
Constituição	5.879	5.777	50	11.706
Baixas/reversão	(1.127)	(2.802)	-	(3.929)
Saldo em 30/6/2012	19.067	64.996	45.902	129.965
Contingências passivas possíveis de perda (d):	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
31/12/2011	79.774	43.971	104	123.849
30/6/2012	240.040	39.152	115	279.307

(a) As ações judiciais de natureza cível referem-se, de maneira geral, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas Companhias reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pelas Companhias, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pelas Companhias dos valores provisionados, na hipótese de as Companhias serem vencidas nas ações.

(c) Na Controlada CEMAT, dos processos em curso, o processo administrativo decorrente de Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM nº 16741001600003200516 foi julgado parcialmente procedente, cancelando parte da penalidade. O saldo remanescente foi objeto de pedido de compensação que aguarda análise da Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso. O AIIM nº 16741001600012200811 tem por objeto os valores de ICMS sobre a demanda contratada que deixaram de ser recolhidos por força de liminares concedidas em ações ajuizadas por usuários de energia. Os Autos de Infração AIIM nº 16741001600008200810 e 117956001600001200712 referem-se a crédito supostamente indevido do diferencial de alíquota de ICMS relativo à aquisição de mercadorias destinadas ao ativo permanente da empresa. Se a CEMAT não sair vencedora nesses processos administrativos, ingressará com ação judicial para anular os referidos autos de infração. Estas infrações têm probabilidade de perda remota para a CEMAT.

A Controlada CELTINS sofreu autuação pela Secretaria da Receita Federal, com a aplicação de multa isolada por alegada compensação de tributos de forma não autorizada pela legislação. Foram apresentados impugnação e recurso que aguardam julgamento na esfera administrativa e estimamos em aproximadamente 3 anos o julgamento. Se a CELTINS não sair vencedora nesse processo administrativo, ingressará com ação judicial para anular o referido auto de infração. Esta infração tem probabilidade de perda remota para a CELTINS.

A Controlada EEB sofreu autuação pela Secretaria da Receita Federal, em razão de considerar dedutíveis determinadas despesas financeiras decorrentes de empréstimos financeiros. Foi apresentada impugnação que aguarda julgamento na esfera administrativa e estima-se em aproximadamente 3 anos a decisão final administrativa. Após apresentados todos os recursos, caso a decisão final na esfera administrativa seja desfavorável, a EEB ingressará com ação judicial visando à anulação da autuação. Esta infração tem probabilidade de perda remota para a EEB.

O Mandado de Segurança Coletivo nº 71805305012977-8 foi impetrado pelo SIESP (Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo), representando as Controladas Caiuá, CNEE, EDEVP e EEB, com o objetivo de afastar a exigência indevida do ICMS incidente sobre as parcelas da Subvenção Econômica Baixa Renda, recebidas de acordo com a Lei nº 10.604/2002. Os valores em discussão estão sendo depositados em juízo, de acordo com o recebimento das respectivas parcelas. A segurança foi denegada em primeira instância. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo do recurso de apelação interposto pelo SIESP.

As ações judiciais de natureza tributária da controlada ENERSUL possuem depósito judicial. Dentre elas, destaca-se a ação sobre PIS, que discute a inconstitucionalidade de sua cobrança, em vista do disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal, cujo valor também está depositado judicialmente.

(d) As Controladas também apresentaram os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pelas Controladas. A natureza dos principais processos judiciais é similar aos itens (a) e (b) mencionados anteriormente. As ações judiciais de natureza trabalhista e cível cujas chances de êxito são possíveis referem-se, em sua grande maioria as discussões mencionadas nos itens (a) e (b) acima.

29. INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS

Vencimento	Circulante			
	PCCS	Plano Bresser	Total	
			30/6/2012	31/12/2011
2012	11.025	94.657	105.682	120.450
Ajuste a valor presente (a)	(33)	-	(33)	(1.993)
Total	10.992	94.657	105.649	118.457

(a) A Controlada CELPA procedeu ao cálculo do AVP projetando as parcelas da dívida pela taxa INPC/IBGE e descontando pela taxa SELIC projetada segundo a expectativa apresentada no boletim FOCUS. Foi elegida a taxa SELIC projetada como taxa de desconto por se considerar que esta reflete os juros compatíveis com a natureza, riscos da dívida, levando em conta as taxas de mercado praticadas na data da transição da Lei nº 11.638/2007. Tendo em vista a natureza e complexidade dos cálculos da indenização, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foram omitidas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

Plano Bresser

Em 21/12/2004 a Controlada CELPA e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará firmaram acordo referente à ação judicial que transitava na 4ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava 26,06% de reajuste sobre os salários congelados em junho de 1987, denominado Plano Bresser, homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 370.000, sujeito à atualização pela variação acumulada do INPC/IBGE, pagáveis mensalmente até 25/8/2012.

No 2º trimestre de 2012, o impacto no resultado da Controlada CELPA relativo à atualização monetária foi de R\$ 1.509 (R\$ 3.390 2º trimestre de 2011), perfazendo um total acumulado no 1º semestre de 2012 de R\$ 4.895 (R\$ 8.104 no 1º semestre de 2011).

Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS)

Em 18/12/2008 foi homologado o acordo entre a Controlada CELPA e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará referente à ação judicial que transitava na 12ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava a anulação das alterações feitas na estrutura do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 75.000, sujeito a atualização anual pela variação acumulada do INPC/IBGE nos doze meses anteriores, pagáveis mensalmente até 20/12/2012.

30. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Convênios de arrecadação	5.439	5.562	-	-
Taxa de iluminação pública	57.849	47.472	-	-
Multas regulatórias (a)	41.303	-	-	-
Adiantamento de consumidores	32.657	32.517	7.603	11.404
Empréstimo compulsório - Eletrobrás	787	789	-	-
Encargos tarifários (b)	31.602	32.017	-	-
Aquisição de acervo	56	56	2.938	2.938
Reserva para reversão/amortização (c)	-	-	8.249	8.249
Rede Lajeado Energia S.A. (d)	4.330	4.106	22.583	23.692
C. R. Almeida S.A. - Engenharia e Construções (e)	21.399	31.502	-	2.757
MBAC Fertilizantes Ltda. (f)	-	-	15.784	3.608
Encargos ex-isolados	3.241	2.987	-	-
Uso do Bem Público	214	214	2.605	2.712
Subvenção PIS - CCC	-	-	12.049	10.428
Subvenção COFINS - CCC	-	-	55.499	48.030
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	3.007	3.018	12.201	14.245
Entidades seguradoras	856	779	-	-
Outros credores	17.945	12.648	9.366	9.737
Total	220.685	173.667	148.877	137.800

(a) Refere-se a passivo por violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão), FIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de frequência de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão) e DMIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão). Em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração. No caso de violação do limite de continuidade individual do indicador DICRI (limite de continuidade estabelecido para o indicador de duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o mês de ocorrência da interrupção. Pelo fato da Companhia ter entrado com o pedido de recuperação judicial em 29/2/2012, todos os valores cujo fato gerador ocorreram antes do protocolo do pedido devem compor o saldo dos credores cujo pagamento será aprovado pela assembleia de credores dentro nos prazos e condições legais.

(b) Refere-se a encargos de capacidade emergencial e encargos de aquisição de energia elétrica.

(c) Refere-se a recursos das Controladas aplicados até 31/12/1971, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica, nos termos do regulamento da legislação vigente.

(d) Referem-se a saldos de contratos de conta corrente entre a Companhia e a Controlada relativa Tangará Energia S.A. com a Rede Lajeado Energia S.A., firmado em 31/8/2004, com prazo de pagamento de 120 meses, tendo carência de 18 meses para o início do pagamento. A remuneração é de 100% CDI.

(e) Refere-se ao parcelamento da Controlada relativa CELPA da ação ordinária de indenização de autos nº 193.1.002606-0 junto a C.R. Almeida S.A. – Engenharia e Construções, a ser pago em 50 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo IGP-M acrescidas de juros de 6% ao ano.

(f) Contrato firmado entre a Controlada relativa CELTINS com a MBAC Fertilizantes Ltda., onde a mesma adiantará o valor de R\$ 23.000 para a viabilização da construção de 191km de linhas de distribuição de energia elétrica na tensão de 138kv, a partir da subestação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical até a cidade de Arraias. Este valor será devolvido à MBAC Fertilizantes Ltda. após a conclusão da obra em 51 parcelas corrigidas pela variação do IPCA.

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – COMPANHIA

31.1. Capital social

O capital social da Companhia em 30/6/2012 é de R\$ 1.343.974 (R\$ 1.343.974 em 31/12/2011) e sua composição é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Emp. de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	243.735	82,87	47.380	35,76	291.115	68,24
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	43.614	14,83	6.680	5,04	50.294	11,79
Outros	6.761	2,30	78.422	59,19	85.183	19,97
	294.110	100,00	132.482	100,00	426.592	100,00

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos pagos às ações preferenciais correspondem a 10% superiores àqueles pagos às ações ordinárias.

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dá direito a um voto. As ações preferenciais serão inconversíveis em ações ordinárias e não terão direito de voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial fará jus a:

- Recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar;
- Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição, pela sociedade, de lucros, bonificações ou outras vantagens, inclusive nos casos de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas.

31.2. Transações de capital

Ajustes de avaliação patrimonial na controlada Tangará Energia S.A.

30/6/2012	31/12/2011
26.485	26.485
26.485	26.485

31.3. Outros resultados abrangentes

Reserva de reavaliação
Custo atribuído

30/6/2012	31/12/2011
352.012	372.873
26.851	27.353
378.863	400.226

32. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Consolidado	
	30/6/2012	30/6/2011
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Fornecimento de energia elétrica	2.427.571	2.249.343
Disponibilização do sistema de distribuição	2.344.252	2.042.174
Suprimento de energia elétrica	95.955	139.064
Receita de construção (a)	652.010	714.460
Outras receitas	118.740	46.858
Total da receita bruta de vendas	5.638.528	5.191.899
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Tributos diretos:		
ICMS	(952.691)	(824.169)
PIS	(81.788)	(73.890)
COFINS	(377.832)	(340.353)
ISS	(811)	(906)
Subtotal	(1.413.122)	(1.239.318)
Encargos do consumidor:		
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(69.308)	(35.536)
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(136.866)	(136.909)
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(84.006)	(78.243)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(6.408)	(5.486)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(6.408)	(5.482)
Estudo de Pesquisa de Energética - EPE	(3.204)	(2.741)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(15.637)	(13.371)
Encargos de capacidade emergencial	-	(30)
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(9.383)	(8.046)
Subtotal	(331.220)	(285.844)
Total das deduções da receita bruta	(1.744.342)	(1.525.162)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	3.894.186	3.666.737

(a) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

32.1. Receita bruta de vendas

	Consolidado					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
Residencial	4.034.346	3.908.780	3.701.702	3.475.000	1.839.420	1.588.905
Industrial	48.044	43.897	2.260.959	2.172.370	782.163	748.913
Comercial, Serviços e Outras atividades	379.312	374.971	2.293.287	2.126.969	1.141.916	996.388
Rural	467.094	458.213	836.880	777.074	270.508	223.391
Poder público	49.242	47.285	586.633	542.688	276.681	245.466
Iluminação pública	4.009	3.753	488.257	469.774	121.850	110.955
Serviço público	5.422	5.195	369.660	361.316	114.916	107.216
Consumo próprio	1.086	1.055	26.805	27.696	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(14.508)	32.659
Receita do uso rede elétrica	-	-	-	-	165.613	129.453
Redução receita baixa renda	-	-	-	-	61.446	43.639
Reposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	(6.065)	(2.166)
Fornec. não faturado - reposição tarifária	-	-	-	-	156	36.687
Provisão redução tarifa - irrigação	-	-	-	-	(1.210)	854
Fornec. não faturado - diferimento TUSD	-	-	-	-	19.341	32.727
Fornec. não faturado - RTE majoração	-	-	-	-	(404)	(3.570)
	4.988.555	4.843.149	10.564.183	9.952.887	4.771.823	4.291.517
Suprimento	-	-	681.697	1.917.416	95.955	139.064
Receita de construção	-	-	-	-	652.010	714.460
Outras Receitas	-	-	-	-	118.740	46.858
	4.988.555	4.843.149	11.245.880	11.870.303	5.638.528	5.191.899

33. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado			
	MWh		R\$	
	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
Energia de Itaipu - Binacional	1.669.581	1.676.416	(161.660)	(148.261)
Energia de leilão	8.234.294	8.151.517	(778.905)	(694.434)
Energia bilateral	3.944.545	4.343.166	(644.496)	(637.673)
Energia de curto prazo - CCEE	224.714	79.312	(177.285)	(22.975)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	251.609	222.763	(64.408)	(48.764)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	128.990	122.089
Total	14.324.743	14.473.174	(1.697.764)	(1.430.018)

34. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

Companhia					
	Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais		Outras despesas operacionais
	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012
Administradores	(1.174)	(1.383)	-	-	-
Serviço de terceiros	(682)	(935)	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	(3)	(2)	-	-	-
Depreciação e amortização	(4)	(1)	-	-	-
Seguros	-	-	-	-	-
Tributos	(29)	(3)	-	-	-
Outros	-	-	5.797	8.825	(217)
Total	(1.892)	(2.324)	5.797	8.825	(85)

Consolidado							
	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais		Outras despesas operacionais
	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012
Pessoal	(14.568)	(24.647)	(82.089)	(48.114)	-	-	-
Administradores	-	-	(16.956)	(19.076)	-	-	-
Material	(685)	(1.295)	(10.063)	(11.115)	-	-	-
Serviço de terceiros	(80.935)	(51.845)	(56.384)	(73.050)	-	-	-
Compensação Fin. Utiliz. Rec. Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-	(689)
Depreciação e amortização	-	-	(17.371)	(18.692)	-	-	(8)
Arrendamentos e aluguéis	(64)	(64)	(7.292)	(8.437)	-	-	-
Seguros	(33)	(99)	(5.173)	(1.311)	-	-	-
Tributos	(84)	(1.892)	(3.632)	(5.150)	-	-	(89)
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	(7.263)
Provisão (líquida de reversão)	(29.310)	(3.372)	-	-	-	-	(7.845)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(34)	(162)	-	-	(545)
Outros	(15.390)	677	(865)	(13.299)	-	-	(336)
Subtotal de despesas	(141.069)	(82.537)	(199.859)	(198.406)	-	-	(16.686)
Outros Resultados:							
Provisão (líquida de reversão)	-	-	-	-	-	-	-
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	1.485	569	-
Perda na desativação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(38.873)
Perda na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(4.611)
Perdas	-	-	-	-	-	-	(1.686)
Sobra/Falta no inventário dos estoques	-	-	-	-	-	-	-
Perda no valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	9.083	11.258	(4.870)
Subtotal de outros resultados	-	-	-	-	10.568	11.827	(50.040)
Total	(141.069)	(82.537)	(199.859)	(198.406)	10.568	11.827	(66.726)

Consolidado

Despesas com pessoal:

Remuneração
Encargos sociais - INSS
Encargos sociais - FGTS
Encargos sociais - Outros
Programa de incentivo a aposentadoria e demissão voluntária
Contribuição como mantenedor da fundação
Indenização sobre o saldo do FGTS
(-) Transferências para ordens em curso

Total despesas com pessoal

Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
(10.476)	(21.340)	(99.869)	(49.563)
(2.845)	(4.980)	(11.939)	(9.409)
(819)	(1.430)	(4.313)	(2.958)
-	(81)	(13)	(1.136)
-	-	(800)	-
(297)	(536)	(1.279)	(975)
(129)	(204)	(645)	(467)
(2)	3.924	36.769	16.394
(14.568)	(24.647)	(82.089)	(48.114)

35. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras:

Renda de aplicação financeira
Mútuo com partes relacionadas
Juros ativos
Variação monetária e cambial
Acréscimos moratórios
Ajuste a valor presente
Ajuste marcação a mercado
Operações de swap
Outras receitas financeiras

Total das receitas financeiras

Companhia		Consolidado	
30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
3.730	3.595	13.884	28.539
25.909	28.118	26.230	28.479
1.203	909	40.299	25.985
84.611	58.233	192.283	118.011
-	-	66.636	70.661
-	-	101.089	48.969
503.210	70.417	508.050	117.433
5.226	-	18.679	185
-	-	21.958	15.756
623.889	161.272	989.108	454.018

Despesas financeiras:

Encargos de dívidas

Moeda nacional
Moeda estrangeira
Mútuo com partes relacionadas

Subtotal

Variações monetárias

Moeda nacional
Moeda estrangeira

Subtotal

Juros / multas
Ajuste a valor presente
Ajuste marcação a mercado
Operações de swap
Outras despesas financeiras

Total das despesas financeiras

Resultado financeiro

(67.867)	(72.096)	(237.454)	(298.141)
(50.177)	(48.049)	(70.897)	(71.511)
(25.895)	(27.227)	(9.628)	(11.980)
(143.939)	(147.372)	(317.979)	(381.632)
(1.263)	(3)	(10.960)	(38.605)
(158.033)	(6.898)	(300.776)	(24.900)
(159.296)	(6.901)	(311.736)	(63.505)
(1.726)	(2.658)	(268.356)	(183.307)
-	-	(78.252)	(51.990)
(95.540)	(21.201)	(113.002)	(60.118)
(3.700)	(5.785)	(32.276)	(64.676)
(2.661)	(6.799)	(85.784)	(66.668)
(406.862)	(190.716)	(1.207.385)	(871.896)
217.027	(29.444)	(218.277)	(417.878)

36. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Cálculo do prejuízo por ação (em milhares, exceto valor por ação):

Resultado básico por ação:	30/6/2012	30/6/2011
Numerador		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		
Para acionistas preferenciais	(3.068)	(4.901)
Para acionistas ordinários	(6.810)	(10.868)
	(9.878)	(15.769)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	132.482	132.625
Média ponderada de número de ações ordinárias	294.110	294.120
	426.592	426.745
Resultado básico por ação		
Ação preferencial	(0,02316)	(0,03695)
Ação ordinária	(0,02316)	(0,03695)

37. FATO RELEVANTE

Em 27/6/2012 a Companhia e a Controlada CELPA publicaram “Fato Relevante” informando a seus acionistas e ao mercado que a Equatorial Energia S.A. apresentou nesta data proposta formal para investimento na Controlada CELPA. A efetiva conclusão do negócio proposto está sujeita a condições suspensivas, entre elas as aprovações por parte dos órgãos públicos competentes, bem como por parte de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis. Caso implementadas essas condições e efetivada a operação proposta, a Equatorial passará a ser titular de participação societária que lhe garantirá o controle acionário da Controlada, ficando responsável por executar o plano de investimentos. Para viabilizar a negociação das referidas condições, foi concedida uma exclusividade à Equatorial.

As partes ainda apresentarão os termos do negócio à apreciação da ANEEL e das empresas públicas e sociedades de economia mista que mantêm relações com a Companhia, tais como BNDES e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

A proposta da Equatorial, assim como a exclusividade concedida, não prejudicam os trâmites aplicáveis à recuperação judicial da Controlada, em especial no que se refere à oportuna apreciação e/ou modificação do respectivo plano de recuperação em assembleia geral de credores e aos investimentos nele previstos.

38. REAJUSTE/REVISÃO TARIFÁRIA

Durante o exercício de 2012, algumas das Controladas passaram pelo processo de IRT – Índice de Reajuste Tarifário Anual ou pelo processo da terceira Revisão Tarifária Periódica – RTP. Conforme previsto no contrato de concessão das empresas, os processos ocorreram da seguinte forma:

a. CFLO

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.314, de 26/6/2012 e da Nota Técnica nº 192/2012-SRE/ANEEL, de 21/6/2012, a ANEEL homologou o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica – RTP de 2012 da Controlada CFLO fixando o reajuste tarifário médio para o consumidor de 7,97% (sete vírgula noventa e sete por cento), decorrente do Reposicionamento Tarifário – RT econômico de 10,12% (dez vírgula doze por cento), da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário de 0,16% (zero vírgula dezesseis por cento) e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 29/6/2012 a 28/6/2013.

b. CELTINS

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.320, de 3/7/2012, e da Nota Técnica nº 210/2012 - SRE/ANEEL de 3/7/2012, a ANEEL homologou o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica – RTP da Controlada CELTINS, ficando as tarifas, em média, reposicionadas em -2,23% (menos dois vírgula vinte e três por cento), sendo -6,71% (menos seis vírgula setenta e um por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 4/7/2012 a 3/7/2013.

c. CEMAT

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.270, de 3/4/2012 e da Nota Técnica nº 71/2012-SRE/ANEEL, de 29/3/2012, a ANEEL homologou o resultado do “IRT” Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2012 fixando o reajuste médio em 9,43% (nove vírgula quarenta e três por cento), sendo 2,89% (dois vírgula oitenta e nove por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 6,54% (seis vírgula cinquenta e quatro por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,62% (dois vírgula sessenta e dois por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 8/4/2012 a 7/4/2013.

Todavia, conforme mencionado no Artigo 14 da Resolução Homologatória nº 1.270, de 3/4/2012, a concessionária deverá manter a aplicação das mesmas tarifas constantes dos Anexos II e II-B da Resolução Homologatória nº 1.131 de 5/4/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais, reconhecida em Despacho específico da Superintendência de Regulação Econômica - SER, que estabelecerá a data a partir da qual poderão ser praticadas as tarifas constantes dos Anexos I e II-A, de que tratam os artigos 3º e 5º da Resolução Homologatória nº 1.270 de 3/4/2012.

d. ENERSUL

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.272, de 3/4/2012, e da Nota Técnica nº 72/2012-SRE/ANEEL, de 29/3/2012, a ANEEL homologou o resultado do “IRT” Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2012, fixando o reajuste médio em 6,43% (seis vírgula quarenta e três por cento), sendo 3,52% (três vírgula cinquenta e dois por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico, e 2,91% (dois vírgula noventa e um por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,59% (dois vírgula cinquenta e nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 8/4/2012 a 7/4/2013.

Todavia, conforme mencionado no Artigo 13 da Resolução Homologatória nº 1.272, de 3/4/2012, a concessionária deverá manter a aplicação das mesmas tarifas constantes dos Anexos II e II-B da Resolução Homologatória nº 1.128 de 5/4/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais, reconhecida em Despacho específico da Superintendência de Regulação Econômica - SER, que estabelecerá a data a partir da qual poderão ser praticadas as tarifas constantes dos Anexos I e II-A, de que tratam os artigos 3º e 5º da Resolução Homologatória nº 1.272 de 3/4/2012.

e. CAIUA

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.288, de 8/5/2012, a ANEEL homologou o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica – RTP, que representa um efeito tarifário médio para o consumidor de 7,60% (sete vírgula sessenta por cento), decorrente do reposicionamento tarifário econômico, de 7,56% (sete vírgula cinquenta e seis por cento), da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário e de 2,11% (dois vírgula onze por cento), da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

As tarifas que contemplam a respectiva revisão tarifária e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 10/5/2012 a 9/5/2013.

Todavia, a concessionária deverá manter a aplicação das mesmas tarifas constantes nos anexos da Resolução Homologatória nº 1.145 de 3/5/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais, reconhecida em Despacho específico da Superintendência de Regulação Econômica - SER, que estabelecerá a data a partir da qual poderão ser praticadas as tarifas constantes nos anexos de que tratam a Resolução Homologatória nº 1.288 de 8/5/2012.

f. EDEVP

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.287, de 8/5/2012, a ANEEL homologou o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica – RTP, que representa um efeito tarifário médio para o consumidor de -2,72% (dois vírgula setenta e dois por cento negativos), decorrente do reposicionamento tarifário econômico, de 0,45% (zero vírgula quarenta e cinco por cento), da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário e de -3,14% (três vírgula quatorze por cento negativos) da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

As tarifas que contemplam a respectiva revisão tarifária e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 10/5/2012 a 9/5/2013.

g. CNEE

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.286, de 8/5/2012, a ANEEL homologou o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica – RTP, que representa um efeito tarifário médio para o consumidor de 2,96% (dois vírgula noventa e seis por cento), decorrente do reposicionamento tarifário econômico, de 7,34% (sete vírgula trinta e quatro por cento), da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário e de 2,22% (dois vírgula vinte e dois por cento) da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

As tarifas que contemplam a respectiva revisão tarifária e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 10/5/2012 a 9/5/2013.

Todavia, a concessionária deverá manter a aplicação das mesmas tarifas constantes nos anexos da Resolução Homologatória nº 1.147 de 3/5/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais, reconhecida em Despacho específico da Superintendência de Regulação Econômica - SER, que estabelecerá a data a partir da qual poderão ser praticadas as tarifas constantes nos anexos de que tratam a Resolução Homologatória nº 1.286 de 8/5/2012.

h. EEB

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.289, de 8/5/2012, a ANEEL homologou o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica – RTP, que representa um efeito tarifário médio para o consumidor de 0,74% (zero vírgula setenta e quatro por cento), decorrente do reposicionamento tarifário econômico, de 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento), da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário e de -0,34% (zero vírgula trinta e quatro por cento negativos) da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

As tarifas que contemplam a respectiva revisão tarifária e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 10/5/2012 a 9/5/2013.

Todavia, a concessionária deverá manter a aplicação das mesmas tarifas constantes nos anexos da Resolução Homologatória nº 1.146 de 3/5/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais, reconhecida em Despacho específico da Superintendência de Regulação Econômica - SER, que estabelecerá a data a partir da qual poderão ser praticadas as tarifas constantes nos anexos de que tratam a Resolução Homologatória nº 1.289 de 8/5/2012.

39. EVENTO SUBSEQUENTE

a. Controlada ENERSUL – Aplicação do Reajuste Tarifário

Por meio do Despacho nº 2.369, de 20/7/2012, a ANEEL autorizou a Controlada ENERSUL a praticar as tarifas constantes dos Anexos I e II A, de que tratam os artigos 3º e 5º da Resolução Homologatória nº 1.272 de 3/4/2012, a partir do dia 20/7/2012, uma vez que a Controlada encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais.

b. Controlada CNEE – Aplicação da Revisão Tarifária

Por meio do Despacho nº 2.504, de 3/8/2012, a ANEEL autorizou a Controlada CNEE a praticar as tarifas constantes dos Anexos I, de que trata o artigo 4º da Resolução Homologatória nº 1.826 de 8/5/2012, a partir do dia 3/8/2012, uma vez que a Controlada encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais.

c. Controlada CELPA - Revisão tarifária de 2011

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 2/8/2011, prorrogou a vigência das tarifas de distribuição de energia elétrica da Resolução Homologatória nº 1.035 de 3/8/2010, que estariam vigentes até 6/8/2011 até 6/8/2012, enquanto ainda não estava terminado em definitivo do processo da 3ª Revisão Tarifária da Controlada CELPA.

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.327, de 31/7/2012, a ANEEL homologou o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2011, ficando as tarifas, em média, reposicionadas em 7,90% (sete vírgula noventa por cento), sendo 9,08% (nove vírgula zero oito por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,18% (menos um vírgula dezoito por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

As tarifas que contemplam a respectiva revisão tarifária e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 7/8/2011 a 6/8/2012.

A diferença de receita resultante da aplicação, durante o período de 7/8/2011 a 6/8/2012, será apurada, por modalidade tarifária, e atualizada pela variação mensal do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M até o mês do reajuste anual de 2012, para consideração como componente financeiro.

d. Controlada CELPA - Reajuste tarifário de 2012

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.328, de 31/7/2012, a ANEEL homologou o resultado do “IRT” Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2012, fixando o reajuste médio em 10,00% (dez por cento), sendo 8,05% (oito vírgula zero cinco por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 1,95% (um vírgula noventa e cinco por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes,

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 7/8/2012 a 6/8/2013, conforme decisão judicial.

O efeito médio a ser percebido pelo consumidor final resultante da aplicação da revisão/reajuste tarifário será de 12,77%.

* * *